



Número: **0804089-29.2020.8.20.5101**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara da Comarca de Caicó**

Última distribuição : **23/12/2020**

Valor da causa: **R\$ 1.045,00**

Assuntos: **DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JESSE BARBOSA DA COSTA (AUTOR)		KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO (ADVOGADO)	
Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (REU)		LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data	Documento	Tipo
87033899	16/08/2022 16:05	<a href="#">18 - 0804089-29.2020.8.20.5101</a>	Laudo Pericial



20/05/2022

Número: **0804089-29.2020.8.20.5101**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara da Comarca de Caicó**

Última distribuição : **23/12/2020**

Valor da causa: **R\$ 1.045,00**

Assuntos: **DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JESSE BARBOSA DA COSTA (AUTOR)		KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO (ADVOGADO)	
Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (REU)		LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
64073882	23/12/2020 15:56	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
64073883	23/12/2020 15:56	<a href="#">PETIÇÃO INICIAL - Jessé Barbosa da Costa - CAICÓ-RN - 23.12.2020.</a>	Outros documentos
64073884	23/12/2020 15:56	<a href="#">Procuração e DH - Jessé Barbosa da Costa - Caicó-RN - 20.09.2019</a>	Procuração
64073885	23/12/2020 15:56	<a href="#">Aditamento - BO - Jessé Barbosa da Costa - Caicó-RN - 26.09.2019</a>	Documento de Identificação
64073886	23/12/2020 15:56	<a href="#">Documentos PJ - Jessé Barbosa da Costa - Caicó-RN - 20.09.2019</a>	Documento de Comprovação
64073888	23/12/2020 15:56	<a href="#">Demonstrativo - DPVAT - Jessé Barbosa da Costa - Caicó-RN - 23.12.2020.</a>	Documento de Comprovação
64073889	23/12/2020 15:56	<a href="#">TABELA COM VALORES - DPVAT</a>	Documento de Comprovação
64152720	19/01/2021 11:36	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
65486466	17/02/2021 09:15	<a href="#">CONTESTAÇÃO</a>	Petição
65486467	17/02/2021 09:15	<a href="#">2784625_CONTESTACAO_01</a>	Contestação
65486468	17/02/2021 09:15	<a href="#">2784625_CONTESTACAO_Anexo_02</a>	Procuração
65486469	17/02/2021 09:15	<a href="#">2784625_CONTESTACAO_Anexo_03</a>	Documento de Comprovação
65880877	26/02/2021 16:40	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
65938454	01/03/2021 15:24	<a href="#">Réplica à contestação</a>	Petição
65938463	01/03/2021 15:24	<a href="#">Petição -Jessé Barbosa da Costa - Caicó-RN - 01.03.2021.</a>	Petição
67094206	30/03/2021 11:40	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
71390267	28/07/2021 18:46	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
72226339	18/08/2021 17:51	<a href="#">QUESITOS</a>	Petição
72226341	18/08/2021 17:51	<a href="#">2784625_PETICAO_DE_QUESITOS_01</a>	Documento de Comprovação



72947 382	05/09/2021 17:32	<a href="#">HONORÁRIOS PERICIAIS</a>	Guias de Recolhimento/ Depósito/ Custas
72947 383	05/09/2021 17:32	<a href="#">2784625_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_01</a>	Documento de Comprovação
72947 384	05/09/2021 17:32	<a href="#">2784625_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_Anexo_02</a>	Documento de Comprovação
73882 395	29/09/2021 07:11	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
73882 396	29/09/2021 07:11	<a href="#">0804089-29.2020.8.20.5101 - pericias 8206-2021</a>	Documento de Comprovação
82502 243	18/05/2022 15:52	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
82502 245	18/05/2022 15:53	<a href="#">Intimação</a>	Intimação



EM ANEXO.



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 23/12/2020 15:56:27  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20122315562783400000061398892>  
Número do documento: 20122315562783400000061398892

Num. 64073882 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 3



CAICÓ ADVOCACIA/SEGUROS & ASSESSORIA JURÍDICA  
**Kelly Maria Medeiros do Nascimento – OAB 7469 - RN**  
Rua André Sales, 130, Paulo VI – Caicó/RN – CEP: 59300.000  
Próximo ao Hospital Regional do Seridó - SESP  
E-mail: [caicodpvt@hotmail.com](mailto:caicodpvt@hotmail.com) e [caicoseguros@gmail.com](mailto:caicoseguros@gmail.com).  
Fones: (84) 99801-5199 e 988870543

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DE UMA DAS VARAS DA COMARCA DE CAICÓ, A QUEM COUBER POR DISTRIBUIÇÃO.**

**Jessé Barbosa da Costa**, brasileiro, solteiro, atendente técnico, portador do RG de nº 3.019.654 - SSP/RN, e, inscrito no CPF/MF nº 092.799.164-08, residente e domiciliado na Rua Quintino Bocaiuva, 10, Paraíba, Caicó-RN, CEP nº 59300-000, telefone nº 84-99606-7500, por intermédio de sua bastante procuradora que a esta subscreve, com escritório profissional localizado acima em epígrafe, onde deverá receber as intimações, vem perante Vossa Excelência, propor a presente:

**ACÃO DE COBRANÇA, c/c, REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS.**

**Em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ de nº 09.248.608/0001-04, com endereço situado na Rua da Assembleia nº 100, 21º andar, Rio de Janeiro, CEP: 20.011-904, **podendo ser citada por meio eletrônico, conforme Artigos 5º, 6º e 9º da Lei nº 11.419/2006 e Artigos 231, V, 246, V, §§ 1º e 2º, 270, e 1.051, do Código de Processo Civil, expondo e requerendo ao final o seguinte:**

**Ab Initio**

Requer inicialmente a Justiça Gratuita de tal forma a poder ter acesso à Justiça e fazer valer o direito de igualdade.

Douto Juízo, é sabido que para que tenha eficácia o pedido de assistência judiciária gratuita, **nada basta além do simples pedido**, expondo a impossibilidade do constituinte em custear as despesas processuais, proferido em petição inicial, conforme preceitua o atual Código de Processo Civil, em seus artigos 98 à 102.

Assim, procura-se evitar que alguém tenha frustrada a busca ou a defesa de seus direitos em decorrência de sua condição social, ou por insuficiência de meios econômicos. Em resumo, a prestação de assistência judiciária visa a assegurar duas garantias fundamentais: a igualdade de todos e o acesso à Justiça.

**- SINOPSE DOS FATOS:**

A parte Requerente, fora vítima de acidente de trânsito, fato ocorrido em, 30.07.2019, por volta das 21:00 horas, ocasião em que trafegava em sua motocicleta, cujos dados característicos se encontram no BO incluso, na Rua Manoel Elpídio, próximo ao Celebre, quando um outro condutor, também, trafegava, na sua frente, momento em que sinalizou ultrapassagem, este veio ao seu encontro, daí a colisão. O mesmo, parte requerente, fora socorrido, por anônimos, para a Unidade Hospital Regional do Seridó – UHRS/SESP, onde se submeteu a procedimentos médicos e foi constatado **FRATURA NA MÃO ESQUERDA, CORTES PROFUNDOS JOELHO E PÉ ESQUERDOS E TRAUMAS GENERALIZADOS PELO CORPO**, conforme documentação inerente ao sinistro, em anexo

Devido à gravidade das lesões a parte requerente fora submetida a intervenções médico-cirúrgicas, principalmente no joelho, o qual sofre problemas em seu cotidiano em razão das sequelas, conforme prontuário médico, em anexo.

Em razão do fato do sinistro em tela decorrer de acidente de trânsito, o autor requereu administrativamente o seguro DPVAT, oportunidade em que enviou a documentação para a Seguradora Líder, tendo a requerida recepcionado os referidos documentos e registrado sob o nº **3200203402** atendendo dessa forma, deliberação de lavra do STF, conforme documento, em anexo.



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 23/12/2020 15:56:28  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20122315562795300000061398893>  
Número do documento: 20122315562795300000061398893

Num. 64073883 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 4

Saliente-se que em resposta ao pedido do autor a ré pronunciou-se negando a indenização, sob a alegação de ausência da documentação complementar, conforme afirma o requerimento administrativo e documentos anexados.

Ora Douto Magistrado, tratando-se de seguro DPVAT o beneficiário deve ingressar com o pedido de indenização junto a Requerida, podendo ocorrer três hipóteses:

**Primeiro-** A documentação é recepcionada pela seguradora, ocorrendo a perícia por médicos pagos e indicados pela autarquia. Posteriormente, é liberado de forma unilateral *quantum* em favor da vítima;

**Segundo-** O processo é recepcionado pela seguradora onde os analistas entendem que a documentação não se encontra dentro dos critérios criados pela Seguradora dos Consórcios do Seguros DPVAT, entenda-se: “exigências” não inseridas ou contidas na Lei nº 6.194/74, e ficam suspensos até o cumprimento da “pendência” administrativa;

**Terceiro-** A requerida analisa e decide NEGAR/INDEFERIR o processo administrativo, não tendo a vítima conhecimento do teor do indeferimento, visto que a “decisão” é interna e o mais grave, ainda, é que, na via administrativa não se tem a quem recorrer. Essas são as três principais correntes e linhas para concessão ou não do seguro DPVAT, em nosso País.

#### **- DA PRETENSÃO RESISTIDA: RESISTÊNCIA DA REQUERIDA EM NÃO LIQUIDAR O DPVAT.**

No caso sob júdice, ocorreu a “NEGATIVA” do pagamento da indenização, o que pode ser observado é que a requerida, negou, cancelou, o processo de forma abrupta, sem qualquer respaldo normativo, visto que, nunca é demais ressaltar que os documentos necessários ao pagamento da indenização estão no corpo da Lei nº 6.194/74 e atualizações.

“Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º - A indenização referida neste artigo será paga no prazo de 5 (cinco) dias a contar da apresentação dos seguintes documentos:

a) Certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiário - no caso de morte;”

O fato é que inviabilizado o processo na via administrativa (negado/cancelado), quando as ocorrências retro citadas não estarem firmadas no contexto legal da Lei nº 6.194/74, cabe ao requerente buscar o Poder Judiciário, para fazer valer a norma jurídica, visto que, a pendência exaurida pela promovida é uma forma de procrastinar o máximo a indenização do seguro DPVAT.

Ora Douto Julgador, a pretensão resistida da requerida está devidamente comprovada nos documentos acostados pela parte autora, onde é fato contundente, visto que, não existe meios administrativos que possam revogar a decisão da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, para que autarquia venha apreciar e consequentemente pagar a indenização nos exatos termos da Lei nº 6.194/74.

A burocracia da Requerida, entenda-se, inúmeras exigências administrativas criadas mensalmente, inseridas no processo DPVAT, torna bastante complexa a formatação de um processo, geradas a cada reunião do conselho que administra a autarquia.

As pessoas que militam no seguimento DPVAT, sabem das alterações impostas mês após mês, sem que os órgãos que deveriam fiscalizar viessem a atuar de forma mais contundente e vigilante.

No Brasil, a atual sociedade observa as mudanças ocorridas em diversos setores: autarquias, ministérios, e condução da *res* pública, e sonha que toda essa realidade possa ser



implementada também em relação a fiscalização da Promovida, mesmo porque o **Tribunal de Contas da União**, descobriu fraudes senão vejamos:

“Denúncia do TCU. O lucro da Líder vem de 2% do faturamento do DPVAT, menos outras despesas, e em 2010 o valor girou em torno de R\$ 5,8 bilhões. Nos últimos quatro anos, o valor total arrecadado com o seguro foi o triplo do que é pago com indenizações. Para o TCU, o consórcio está inflando as despesas para lucrar mais. A consequência disso é que o valor pago pelos proprietários de veículos aumenta. Em 2011, o valor do DPVAT foi de R\$ 96,63 por veículo de passeio mais custo bancário. O Tribunal deu 90 dias para a Susep (Superintendência de Seguros Privados) - o órgão responsável pelo controle e fiscalização do mercado de seguros, previdência privada aberta”.  
<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/12/08/seguro-dpvat-nao-tera-aumento-em-2012-afirma-seguradora.htm?cmpid=copiaecola>”

### **- DO ÔNUS DA PROVA**

Assevera o art. 369, CPC:

Art. 369. As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.

Destarte, entende o Requerente que a prova do acidente pode ser verificada por outros elementos de prova, inclusive o testemunhal, nos termos do art. 444, CPC, senão vejamos:

Art. 444. Nos casos em que a lei exigir prova escrita da obrigação, é admissível a prova testemunhal quando houver começo de prova por escrito, emanado da parte contra a qual se pretende produzir a prova.

Nesse sentido a parte autora faz alusão a necessidade da inquirição da prova testemunhal, para reforçar, dissipar todas as possíveis dúvidas acerca do nexa causal, corroborando com a documentação exaurida pela unidade hospitalar onde ocorreu o atendimento médico da Requerente, deixando de forma clara a ocorrência do sinistro.

### **- DO VALOR DEVIDO**

O Art. 3º, da Lei 6.194/74, estabelece que os danos pessoais cobertos pelo Seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas médicas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;

II – Até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;

III – até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas;

O Egrégio Superior Tribunal de Justiça assentou entendimento de que o pagamento de indenização por invalidez permanente será filtrado a partir da quantificação do grau de debilidade apresentado pela vítima, senão vejamos:

SÚMULA 474 – STJ: A indenização do Seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.



Destarte, surge a necessidade da realização de prova pericial para aferir-se o grau de invalidez, possibilitando ao magistrado a correta aplicação da Lei.

A lei 11.945/09, inseriu à legislação a tabela de parâmetros acerca dos percentuais a que serão submetidas quando da aferição do grau de invalidez, conforme se vê abaixo:

**Art. 30, §1º. No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009) (grifo nosso).**

Com a inclusão dessa tabela na lei, encerrou-se a polêmica jurisprudência acerca dos critérios para o cálculo da indenização proporcional. Instado a se manifestar, o Superior Tribunal de Justiça admitiu a validade da utilização dessa tabela para redução proporcional da indenização a ser paga por seguro [DPVAT](#), em situações de invalidez parcial.

#### **- DA IMPOSSIBILIDADE DE PREVISÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DA DEMANDA:**

Esclarece o Autor, que diante da necessidade da perícia médica, onde serão quantificadas as lesões que a acometem, não é possível no presente momento a quantificação exata do proveito econômico a ser advindo da lide.

Como já dito alhures, o próprio Egrégio Superior Tribunal de Justiça, na Súmula 474, entendeu que:

*"A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez".*

Em tempo aduz ainda que o Código de Processo Civil, em seu art. 324, §1º, II, III, revela a possibilidade de formulação de pedido genérico, senão vejamos:

#### **O pedido deve ser determinado:**

#### **§ 1º. É lícito, porém, formular pedido genérico: (...)**

#### **II - Quando não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato;**

#### **III - quando a determinação do objeto ou do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo Réu;**

Destarte, ante a negativa da Seguradora Ré em pagar a indenização devida ao Requerente através da via administrativa, não oportunizando sequer a realização da perícia médica, vem o (a) Autor (a) invocar a tutela jurisdicional do Estado para solucionar tal conflito.

#### **- DO REQUERIMENTO:**

Pelo Exposto, requer a Vossa Excelência, com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, a procedência da presente ação, para ao final condenar a requerida, ao pagamento da indenização do Seguro DPVAT, cujo valor da condenação deverá ser aferido após a realização da **perícia médico-judicial**, obedecendo a Tabela incluída pela Lei 11.945/09, motivo pelo qual desde logo a promovente não pode atribuir um valor econômico absoluto pretendido na presente demanda, requerendo ainda o seguinte:





1º - Seja citada a Promovida, conforme determinação do NCPC, Art. 246, V, no endereço declinado na exordial, para **contestar**, querendo, no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;

2º - Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitido, especialmente, na produção de Prova Pericial, para quantificar o grau de lesão, sendo nomeado perito de confiança do Juízo, conforme Convênio firmado entre o TJRN, e, a Seguradora Líder;

3º - Requer os benefícios da **Justiça Gratuita**, nos termos do art. 2º da Lei n. 1060/50, tendo em vista que a parte requerente ser pobre na forma da lei;

4º - Seja a demandada condenada em 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, referente a honorários advocatícios;

5º - Nos termos do art. 334, § 5º, do Código de Processo Civil, requer a parte autora e desde já manifesta, pela natureza do litígio, seu desinteresse em **autocomposição**, visto que, em demandas similares inexistente qualquer proposta por parte da Seguradora Líder.

Dá-se o presente o valor de **R\$ 1.045,00** (hum mil e quarenta e cinco reais).

Nestes Termos.  
Pede e Espera Deferimento.

Caicó - RN, 23 de dezembro de 2020.

**Kelly Maria Medeiros do Nascimento**  
OAB/RN 7.469

5



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 23/12/2020 15:56:28  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20122315562795300000061398893>  
Número do documento: 20122315562795300000061398893

Num. 64073883 - Pág. 5



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 8

QUESITOS A SEREM RESPONDIDO PELO PERITO:

Vide art. 31, II da Lei nº 11.945/2009 e atualizações

1º) - Se a etiologia ou origem causal das lesões existentes na pessoa requerente é compatível com acidente com veículo automotor de via terrestre?

2º) Quais as lesões ou disfunções ocorridas?

3º) Nos termos do art. 3º, *caput*, da Lei nº 6.194/1974, se há **invalidez permanente**, isto é, **dano(s) anatômico e/ou funcional definitivo(s) (sequelas), não passível(is) de reversão terapêutica**, descrevendo-o(s) então detalhadamente; Qual(is) o(s) segmento(s) corporal(s) atingidos?; Percentual em desfavor do órgão vinculado?

4º) Nos termos do art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.194/1974, incluído pela Lei nº 11.945/2009, bem como da respectiva tabela anexa que acompanha esta lei, se a **invalidez permanente foi total** (repercussão na íntegra do patrimônio físico e/ou mental) ou **parcial** (repercussões em partes de membros superiores e inferiores) ?

5º) **Em caso de invalidez total, quais os segmentos corporais atingidos, nos termos da a tabela quemenciona os danos sofridos**, conforme a Norma Legal supra?

6º) De acordo com o art. 3º, § 1º, incisos I e II, da Lei nº 6.194/1974, **em caso de invalidez parcial**, se ocorreu **invalidez parcial completa, atingindo** de forma **completa** todo um segmento corporal (ou mais de um), ou **invalidez parcial incompleta**, atingindo de forma **incompleta**, descrevendo-o(s) então detalhadamente ?

7º) De acordo com esse citado inciso II, da Lei nº 6.194/1974, bem como da respectiva tabela anexa, **em caso de invalidez parcial incompleta**, se a **repercussão da lesão na anatomia e/ou funcionalidade do segmento corporal foi intensa (75%), média (50%), leve (25%) ou residual (10%)**?

8º) Finalmente, **se, eventualmente, a lesão segmentar foi de tal monta que atingiu a funcionalidade de todo o respectivo membro:** (Exs.: Invalidez permanente em *ombro* comprometedor da funcionalidade de todo o *membro superior*; Invalidez permanente em *joelho* ou *tornozelo* comprometedor da funcionalidade de todo o *membro inferior*, etc)?

Caicó-RN, 23 de dezembro de 2020.

Kelly Maria Medeiros do Nascimento  
Advogada OAB/RN – 7.469

6



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 23/12/2020 15:56:28  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20122315562795300000061398893>  
Número do documento: 20122315562795300000061398893

Num. 64073883 - Pág. 6



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 9

## PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

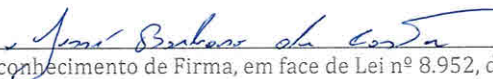
Jessé Barbosa da Costa, brasileiro (a), solteiro (a), atendente técnico, portador (a) RG nº 3.019.654 - SSP/RN e CPF nº 092.799.164-08, residente e domiciliado (a) na Rua Quintino Bocaiúva, 10, Paraíba, Caicó/RN, CEP: 59300-000 - telefone nº 84-99606-7500. Nomeia e Constitui poderes a **Outorgada: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO**, brasileira, casada, advogada com OAB/RN sob o nº 7.469; podendo ser intimada na Rua André Sales, 130, Paulo VI, Caicó-RN - CEP nº 59300-000 - Próximo ao Hospital Regional do Seridó - SESP, Telefones: 84-3417-2265, 84-99801-5199 e 84-98887-0543 - E-mail: [caicoseguros@gmail.com](mailto:caicoseguros@gmail.com) e [caicodpvat@hotmail.com](mailto:caicodpvat@hotmail.com), as quais conferem amplos e gerais poderes para o foro em geral com a cláusula "ad Judicia", art. 38 parte final do CPC, **COM FIM ESPECIAL DE PATROCINAR A DEFESA DO (A) OUTORGANTE, junto ao processo na Comarca de CAICÓ/RN**, podendo as outorgadas, confessar, assinar, desistir, propor acordo, receber e dar quitação, receber quaisquer quantias derivada de condenação, transigir, apresentar réplica, oposições, firmar, apresentar recurso e contra razões, e ainda requerer seguro de vida, junto bem como, substabelecer esta com ou sem reservas de poderes, podendo ainda levantar alvará judicial, acompanhar todo processo até o final do julgamento, representado ainda os interesses do outorgante, podendo ajuizar apelação, ou, qualquer outro remédio jurídico competente, junto ao **Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte**, para garantir o direito do outorgante, e finalmente, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato.

### - CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS -

Pelo presente contrato firmado entre os contratantes, fica estabelecido o pagamento dos honorários advocatícios, pagos pelo outorgante, em favor da outorgada, os quais deverão ser pagos na base de **30% (trinta por cento)**, sobre o valor bruto da condenação final apurado em liquidação de sentença, sem prejuízos dos honorários de sucumbência, em favor do contratado, conforme pacto através do presente instrumento, nos termos do **art.22, § 4º da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994**. Contratam ainda as partes que em caso de desistência da ação, ou, ainda renúncia dos poderes do (a) contratante em favor de outro (a) causídico (a), nada impede e obsta o pagamento dos honorários contratuais, nos mesmos valores acima citados, tudo em conformidade com o disposto no art. 14 do Estatuto da OAB, sem prejuízo dos honorários sucumbenciais, conforme determina a Lei. Nada mais a constar lavro o presente para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Caicó-RN, 23 de Agosto de 2019.

Outorgante:

  
\* Isento de reconhecimento de Firma, em face de Lei nº 8.952, de 13/12/1994, que dá nova redação ao art. 38 do CPC.



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 23/12/2020 15:56:28  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20122315562816800000061398894>  
Número do documento: 20122315562816800000061398894

Num. 64073884 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 10

### DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

Jessé Barbosa da Costa, brasileiro (a), solteiro (a), atendente técnico, portador (a) RG nº 3.019.654 - SSP/RN e CPF nº 092.799.164-08, residente e domiciliado (a) na Rua Quintino Bocaiúva, 10, Paraíba, Caicó/RN, CEP. 59300-000 - telefone nº 84-99606-7500. Declaro para os devidos fins de Direito que se fizerem necessários, em **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO – INVALIDEZ/COMPLEMENTO**, que sou pobre na forma da lei, não tendo condições financeiras de prover as despesas e custas processuais com a demanda. Declaro, ainda, ser conhecedora das sanções administrativas, Cíveis e Criminais, caso o presente não retrate a verdade dos fatos. Nada mais a declarar, lavro o presente para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Caicó-RN, 23 de Agosto de 2019.

  
Declarante  
CPF nº 092.799.164-08.



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 23/12/2020 15:56:28  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20122315562816800000061398894>  
Número do documento: 20122315562816800000061398894

Num. 64073884 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 11



Num. 87033899 - Pág. 12



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTERIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
PARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME  
JESSE BARBOSA DA COSTA

DOC. IDENTIFIC. / ORIG. JANEIRO 19  
3019654 SSP RN

CPF  
092.799.164-08 DATA NASCIMENTO  
05/10/1992

FILIAÇÃO  
PEDRO SERGIO BARBOSA  
MARIA DAS VITORIAS DA  
COSTA

PERMISSÃO  
ACC CATMAN  
AS

Nº REGISTRO  
05475744071

VALIDADE  
08/12/2021

1ª HABILITAÇÃO  
25/04/2012

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
CAICO, RN

DATA EMISSÃO  
12/12/2016

52155564418  
RN702518511

DETRAN - RN (RIO GRANDE DO NORTE)

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
1350872243

PROIBIDO PLASTIFICAR  
1350872243



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 23/12/2020 15:56:31  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20122315562861400000061398896>  
 Número do documento: 20122315562861400000061398896

Num. 64073886 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
 Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 13

Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

**CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA • FATURA • NOTA FISCAL**

Companhia Energética de Rio Grande do Norte  
Rua Marmoz, 150, Baldo, Natal - RN, CEP 59025-250  
CNPJ 08.324.199/0001-61 | Insc. Est. 20065199-0 | www.cosern.com.br

**DADOS DO CLIENTE**  
PEDRO SERGIO BARBOSA

**ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA**  
PARAIBA/AREA URBANA  
CAICO RN  
59300-000

CPF: 703.310.904-06

**CLASSIFICAÇÃO**  
B3 COMERCIAL  
OUTROS SERVIÇOS E OUTRAS ATIVIDADE

**COMPARATIVO**  
0855819970 08/2019  
DATA DE VENCIMENTO: 15/08/2019  
DATA DE PAGAMENTO: 09/09/2019  
TOTAL A PAGAR (R\$): 60,89

**DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL**

QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
78,0000000	0,84944758	60,89
		1,08
		1,08
		6,18
		1,32
		0,33
		0,30
		-0,02

**TOTAL DA FATURA** 60,89

**DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL**

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR	ATUAL	Nº DE CONSUMO	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (KWH)
706667	CAT	11 881,00	11 889,00	11 889,00	1,0000		78,00

**COMPOSIÇÃO DO CONSUMO**

Descrição	Valor (R\$)	Porcentagem (%)
Geração de Energia	30,70	39,20%
Transmissão	1,85	3,89%
Distribuição (Custos)	12,30	23,30%
Parâmetros de Energia	3,30	6,26%
Energias Renováveis	2,88	5,42%
Tributação	11,88	22,14%
<b>Total</b>	<b>62,86</b>	<b>100%</b>

**VARIAÇÕES APLICADAS** 0,0053000

**ATENÇÃO! A COSERN INFORMA QUE VOCÊ POSSUI CONTAS EM ABERTO**

As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEL 914/2012), tarifas, produtos, serviços prestados e valores de serviços em disponição, para consulta, em nossos sites de atendimento e no site [www.cosern.com.br](http://www.cosern.com.br)

**ENTRADA E FOLGUEIRA DAS INTERLIGAÇÕES**

CAIXA	ENTRADA	FOLGUEIRA	INTERLIGAÇÃO
DIC	0,00	5,43	10,88
PR	0,00	3,23	6,47
EMAC	13,22	3,11	0,00

**REVISÃO DE TENSÃO**

TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)
220	198 - 242

**83820000000-2 60890038400-3 85581997020-2 02357354433-5**

**TOTAL A PAGAR (R\$): 60,89**



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 23/12/2020 15:56:31  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2012231556286140000061398896>  
 Número do documento: 2012231556286140000061398896

Num. 64073886 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2208161605127250000082584366>  
 Número do documento: 2208161605127250000082584366

Num. 87033899 - Pág. 14



Governo do Estado do Rio Grande do Norte  
Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social  
Polícia Civil  
Delegacia Eletrônica



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Unidade Policial: DELEGACIA MUNICIPAL DE CAICÓ  
Endereço: Av. Cel Martiniano, 20, Jardim Satellite, CAICÓ

1. IDENTIFICAÇÃO DO BOLETIM

1.1 Protocolo: J2019129000532 1.2 Data de Expedição: 22/08/2019 14:23:24  
1.3 Tipo: ACIDENTE DE TRÂNSITO COM DANO 1.4 Ligou CIOSP: Não

2. DADOS DO LOCAL DO FATO

2.1 Data/Hora do Fato: 30/07/2019 21:00:00 2.2 Autoria: Conhecida  
2.3 Fato: Consumado 2.4 Flagrante: Não  
2.5 Meio(s) empregado(s): Veículo  
2.6 Tipo do local: Em Veículo  
2.7 Logradouro: RUA MANOEL ELPIDIO  
2.8 Número: S/N 2.9 CEP:  
2.10 Complemento: 2.11 Ponto de Referência:  
2.12 Bairro: PENEDO 2.13 Cidade: CAICÓ  
2.14 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

3. DADOS PESSOAIS DO COMUNICANTE (PESSOA FÍSICA)

3.1 Nome Completo: JESSE BARBOSA DA COSTA 3.2 Estado civil: Solteiro(a)  
3.3 Nome Social: 3.4 Pai: PEDRO SERGIO BARBOSA  
3.5 Etnia: Parda 3.6 Mãe: MARIA DAS VITORIAS DA COSTA  
3.7 Sexo: MASCULINO 3.8 Orientação Sexual:  
3.9 CPF: 09279916408 3.10 Identidade de Gênero:  
3.11 Nacionalidade: 3.12 Data de Nascimento: 05/10/1992  
3.13 Profissão: ATENDENTE TÉCNICO 3.14 RG: 3019654 - ITEP/RN  
3.15 Telefone(s): 84 996097500 3.16 Passaporte:  
3.17 Número: 308 3.18 Naturalidade: CAICÓ RN  
3.19 Bairro: PARAIBA 3.20 E-Mail:  
3.21 Estado: RIO GRANDE DO NORTE 3.22 Logradouro: RUA JOÃO DINIZ  
3.23 Cidade: CAICÓ 3.24 CEP:

4. DADOS PESSOAIS DA(S) VÍTIMA(S)

4.1.1 O DECLARANTE É A PRÓPRIA VÍTIMA

5. DADOS PESSOAIS DO(S) ACUSADO(S) (NÃO FORAM INCLuíDOS ACUSADOS)

6. DADOS PESSOAIS DA(S) TESTEMUNHA(S) (NÃO FORAM INCLuíDOS TESTEMUNHAS)

7. VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S) (NÃO FORAM INCLuíDOS VEÍCULOS)

8. DADOS DA OCORRÊNCIA

9. DOS FATOS

9.1 Histórico

O COMUNICANTE FAZ ESTE REGISTRO COM INTUITO PRIMEIRO DE SOLICITAR SEGURO DPVAT. QUE TRAFEGAVA NA RUA MANOEL EUPIDIO, PRÓXIMO AO CELEBRE E UM CIDADÃO DE NOME DAMIÃO, TRAFEGAVA EM OUTRA MOTOCICLETA À SUA FRENTE. O COMUNICANTE INFORMA AINDA QUE IA ULTRAPASSAR A MOTO, SINALIZOU, MAS NO MOMENTO DA ULTRAPASSAGEM O OUTRO CONDUTOR JOGOU A MOTO PARA A FRENTE DO COMUNICANTE. HOUVE ENTÃO COLISÃO ENTRE AS DUAS MOTOS, CAÍRAM E NA QUEDA O COMUNICANTE SOFREU FRATURA NO DEDO MÍNIMO DA MÃO ESQUERDA, CORTE PROFUNDO NO JOELHO ESQUERDO E PÉ ESQUERDOS E ESCORIAÇÕES PELO CORPO. QUE O CONDUTOR DA OUTRA MOTOCICLETA SOFREU UM CORTE NO PÉ, QUE AMBOS FORAM SOCORRIDOS POR POPULARES, PRIMEIRO DAMIÃO QUE FOI SOCORRIDO POR UM CIDADÃO QUE PASSAVA DE MOTO NO MOMENTO E O COMUNICANTE LIGOU PARA CONHECIDOS VIREM SOCORRÊ-LO. QUE NA MOTO DO COMUNICANTE HOUVE OS SEGUINTE DANOS: EMPENOU O GUIDOM E O SUPORTE DO FAROL, QUEBROU A SINALEIRA ESQUERDA DIANTEIRA, A PEDALEIRA ESQUERDA E O BLOCO DO FAROL.

9.2 Informações do CIOSP

10. COMPLEMENTOS (ESSE BOLETIM NO FOI COMPLEMENTADO)

11. DECLARAÇÃO

O(s) declarante(s), sob as penas da Lei, confirmam que as informações aqui registradas são verdadeiras.

Data 22/08/2019 14:23:24

Policial

Interessado

Polegar direito

Atendimento: 1702009 - DEMERVAL DE SOUZA FILHO

Impresso por: 1702009 - DEMERVAL DE SOUZA FILHO em 22/08/2019 14:29:13

FINAL DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA

J2019129000532







### BOLETIM DE ATENDIMENTO PRONTO SOCORRO

SERVIDOR RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO	ANGELO	DATA	30 07 19	HORA DE ENTRADA	22:10	Nº ATENDIMENTO	212
---	--------	------	----------	-----------------	-------	----------------	-----

CAMPO 1 - IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE							
Os dados devem ser preenchidos por extenso, completos, sem abreviaturas e de forma legível.							
NOME				DATA DE NASCIMENTO	IDADE	SEXO	
JESSÉ BARBOSA DA SILVA				05 10 92	26	M	
CPF	RG	DATA DE EXPEDIÇÃO		CARTÃO SUS			
092 799 164-08	301 9654	-					
NATURALIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO		RAÇA/COR			
CAICÓ	S	ATENDENTE TEC		M			
NOME DA MÃE				NOME DO PAI			
MARIA DAS VITÓRIAS DA COSTA				PEDRO SÉRGIO BARBOSA			
ENDEREÇO				BAIRRO			
RUA: JOÃO DINIZ 30				PARAIBA			
CIDADE/ESTADO		TELEFONE DE CONTATO		ESCOLARIDADE			
CAICÓ RN		99609 7500		ENS MÉDIO INC.			
FORMA DE CHEGADA				PACIENTE REGULADO?			
<input checked="" type="checkbox"/> ESPONTÂNEA <input type="checkbox"/> SAMU <input type="checkbox"/> AMBULÂNCIA/MUNICÍPIO				<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO			
<input checked="" type="checkbox"/> CORPO DE BOMBEIROS <input type="checkbox"/> POLÍCIA MILITAR <input type="checkbox"/> OUTRO: _____							

CAMPO 2 - SINAIS VITAIS							
Este campo deve ser preenchido por qualquer profissional da equipe de saúde.							
PA: 144 x 99 mmHg	FC: 92 bpm	FR: irpm	Temp. axilar: °C	SpO2: 93 %	Glicemia: mg/dl		

CAMPO 3 - ACOLHIMENTO COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO													
Este campo deve ser preenchido pelo enfermeiro responsável pelo ACCR.													
<input type="radio"/> VERMELHO <input type="radio"/> AMARELO <input type="radio"/> VERDE <input type="radio"/> AZUL				ESCALA DE GLASGOW			ESCORE DE DOR						
				AO	RV	RM	AP	TOTAL	1	2	3	4	5
				04	05	06	-	15	6	7	8	9	10
QUEIXA PRINCIPAL				HISTÓRIA BREVE									
ferimento em MSE				colisão moto com onito									
ALERGIAS													
Nega													
OBSERVAÇÃO OBJETIVA				COMORBIDADES									
AVALIAÇÃO		HORA	22:15	REAValiação	HORA								
1º													

CAMPO 4 - ANAMNESE/EXAME FÍSICO		Caicó - RN, 30/07/2019
Este campo deve ser preenchido pelo médico plantonista.		
Paciente vit. 86040-0		
Assidente de moto CI		
e Scomas e Ferimento		
DIAGNÓSTICO INICIAL		

CAMPO 5 - EXAMES SOLICITADOS			
Este campo deve ser preenchido pelo médico plantonista.			
<input type="checkbox"/> HEMOGRAMA + PLAQUETAS	<input type="checkbox"/> TGO + TGP	<input type="checkbox"/> GASOMETRIA ARTERIAL	<input type="checkbox"/> ELETROCARDIOGRAMA
<input type="checkbox"/> UREIA + CREATININA	<input type="checkbox"/> CKMB + CPK	<input type="checkbox"/> COAGULOGRAMA	<input checked="" type="checkbox"/> RAIO-X: Rx de Mão E
<input type="checkbox"/> EMIA	<input type="checkbox"/> TROPONINA	<input type="checkbox"/> EAS	<input type="checkbox"/> TOMOGRAFIA: _____



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 23/12/2020 15:56:31  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20122315562861400000061398896>  
Número do documento: 20122315562861400000061398896

Num. 64073886 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 16



# BOLETIM DE ATENDIMENTO PRONTO SOCORRO

SERVIDOR RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO	DATA	HORA DE ENTRADA	Nº ATENDIMENTO
Aparecida	06/08/2019	06:55	16

CAMPO 1 - IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE							
Os dados devem ser preenchidos por extenso, completos, sem abreviaturas e de forma legível.							
NOME				DATA DE NASCIMENTO	IDADE	SEXO	
Jesse Barbosa da Silva				05/10/92	26	M	
CPF	RG	DATA DE EXPEDIÇÃO	CARTÃO SUS				
092799164-08	003019654	30/08/2012	162.164053000007				
NATURALIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	RAÇA/COR				
Curto	Solt	Autônomo	Branca				
NOME DA MÃE				NOME DO PAI			
Marina das Vitorias da Costa				Pedro Sergio Barbosa			
ENDEREÇO				BAIRRO			
R. Juv. P. 30 AB				Paraulva			
CIDADE/ESTADO		TELÉFONE DE CONTATO		ESCOLARIDADE			
Curto		96097500		Médio Incompleto			
FORMA DE CHEGADA				PACIENTE REGULADO?			
<input checked="" type="radio"/> ESPONTÂNEA <input type="radio"/> CORPO DE BOMBEIROS				<input type="radio"/> SAMU <input type="radio"/> POLÍCIA MILITAR <input type="radio"/> AMBULÂNCIA/MUNICÍPIO <input type="radio"/> OUTRO:			
				<input type="radio"/> SIM <input type="radio"/> NÃO			

CAMPO 2 - SINAIS VITAIS							
Este campo deve ser preenchido por qualquer profissional da equipe de saúde.							
PA: 142 x 124 mmHg	FC: 88 bpm	FR: irpm	Temp. axilar: °C	SpO2: 100 %	Glicemia: mg/dl		

CAMPO 3 - ACOLHIMENTO COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO																															
Este campo deve ser preenchido pelo enfermeiro responsável pelo ACCR.																															
<input type="radio"/> VERMELHO <input type="radio"/> AMARELO <input checked="" type="radio"/> VERDE <input type="radio"/> AZUL				<b>ESCALA DE GLASGOW</b> <table border="1"> <tr> <th>AO</th> <th>RV</th> <th>RM</th> <th>AP</th> <th>TOTAL</th> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </table>				AO	RV	RM	AP	TOTAL						<b>ESCORE DE DOR</b> <table border="1"> <tr> <th>1</th> <th>2</th> <th>3</th> <th>4</th> <th>5</th> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </table>				1	2	3	4	5					
AO	RV	RM	AP	TOTAL																											
1	2	3	4	5																											
QUEIXA PRINCIPAL				HISTÓRIA BREVE																											
Dor e vermelhidão no joelho E				Lesão proveniente de acidente automobilístico há 07 dias.																											
ALERGIAS				COMORBIDADES																											
NÃO				NÃO																											
OBSERVAÇÃO OBJETIVA																															
AVALIAÇÃO				HORA		REAValiação		HORA																							
				04:30																											

CAMPO 4 - ANAMNESE/EXAME FÍSICO	
Este campo deve ser preenchido pelo médico plantonista.	
Caicó - RN, 22/10/8 19 86040-0 Contato com o Uti: 111	
Exame físico no joelho E + edema + ante. moles e m. G per. o. o. o.	
DIAGNÓSTICO INICIAL	
Mole x mole	

CAMPO 5 - EXAMES SOLICITADOS			
Este campo deve ser preenchido pelo médico plantonista.			
<input type="checkbox"/> HEMOGRAMA + PLAQUETAS	<input type="checkbox"/> TGO + TGP	<input type="checkbox"/> GASOMETRIA ARTERIAL	<input type="checkbox"/> ELETROCARDIOGRAMA
<input type="checkbox"/> UREIA + CREATININA	<input type="checkbox"/> CKMB + CPK	<input type="checkbox"/> COAGULOGRAMA	<input checked="" type="checkbox"/> RAIOS-X: joelho E + antebraço
<input type="checkbox"/> GLICEMIA	<input type="checkbox"/> TROPONINA	<input type="checkbox"/> EAS	<input type="checkbox"/> TOMOGRAFIA:



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 23/12/2020 15:56:31  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2012231556286140000061398896>  
 Número do documento: 2012231556286140000061398896

Num. 64073886 - Pág. 5



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
 Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 17





AUTORIZAÇÃO DE INTERNAMENTO HOSPITALAR-AIH			
1. NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE: HOSPITAL REGIONAL DO SERIDÓ		2. CNES: 6.778.580	
3. IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE: NOME: <u>Leiza Barbosa da Costa</u>		4. Nº DO PRONTUÁRIO <u>029985</u>	
CPF: <u>0692719926408</u>		RG: <u>00302905</u>	
5. CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS) <u>1621670330000070510192</u>		6. DATA DE NASC. <u>05/10/1972</u>	
7. SEXO MASC. <input checked="" type="checkbox"/> FEM. ( )			
8. NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL <u>Maria Das Vitorias da Costa</u>		9. TELEFONE DE CONTATO <u>84 99090556</u>	
10. ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO) <u>R. João Pinho 30B</u>			
11. MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA <u>Caicó</u>		12. COD. IBGE MUNICÍPIO <u>5930000</u>	
13. UF <u>RN</u>		14. CEP: <u>5930000</u>	
JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO			
15. PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS: <u>Dor na região inferior da perna esquerda, elevação, edema, dor no local de sutura, purulência</u>			
16. CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO: <u>Asacurcio ciliado</u>			
17. PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS): <u>Exame clínico</u> Confere com o Original Caicó - RN, <u>22/10/2020</u> <u>Priscilla Brito</u>			
18. DIAGNÓSTICO INICIAL: <u>Estabilização</u>		19. CID 10 PRINCIPAL: <u>A490</u>	
20. CID 10 SECUNDÁRIO:		21. CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS:	
PROCEDIMENTOS SOLICITADOS			
22. DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO <u>Estabilização</u>		23. CÓDIGO DO PROCEDIMENTO <u>0303080061</u>	
24. CLÍNICA <u>Meche Urgência</u>	25. CARATER DA INTERNAÇÃO <u>Urgência</u>	26. DOCUMENTOS ( ) CNS ( ) NCPF	27. Nº DO DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROF. SOLIC./ASSIST. <u>09050253401</u>
28. NOME DO PROF. SOLIC./ASSIST. <u>João Batista de Brito</u>		29. DATA DA SOLICITAÇÃO <u>06/10/19</u>	
30. ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REG. DO CONSELHO) <u>João Batista de Brito</u>		31. Nº DO REG. DO CONSELHO <u>1837</u>	
32. PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIA)			
33. ( ) ACID. DE TRANSITO		34. CNPJ DA SEGURADORA	
35. ( ) ACID. TRABALHO TÍPICO		36. Nº DO BILHETE	
37. ( ) ACID. TRABALHO TRAJETO		38. CNAE DA EMPRESA	
39. CBOR			
40. VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA ( ) EMPREGADO ( ) EMPREGADOR ( ) AUTÔNOMO ( ) DESEMPREGADO ( ) APOSENTADO ( ) NÃO SEGURADO			
AUTORIZAÇÃO			
41. NOME DO PROF. AUTORIZADOR		42. COD. ORGÃO EMISSOR	
43. Nº DA AUTORIZAÇÃO DA INTERNAÇÃO HOSPITALAR			
44. DOCUMENTOS ( ) CNS ( ) CPF		45. Nº DOC. (CNS/CPF) DO PROF. AUTORIZADOR	
46. DATA DA AUTORIZAÇÃO		47. ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REG. DO CONSELHO)	



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 23/12/2020 15:56:31  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2012231556286140000061398896>  
 Número do documento: 2012231556286140000061398896


Num. 64073886 - Pág. 6



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2208161605127250000082584366>  
 Número do documento: 2208161605127250000082584366

Num. 87033899 - Pág. 18



SUMÁRIO DE INTERNAÇÃO			 <b>MINISTÉRIO DA SAÚDE</b>	
NOME DO PACIENTE: <u>Jose Barboza da Costa</u>				
REGISTRO/PRONTUÁRIO: <u>029 985</u>	DATA NASCIMENTO: <u>05/10/92</u>	SEXO: <u>M</u>		
ENDEREÇO (Rua, Número): <u>R. Juarez Pinheiro 303</u>	BAIRRO: <u>Paraisópolis</u>			
MUNICÍPIO: <u>Calco</u>	UF: <u>RN</u>	CEP: <u>59.300-00</u>	TELEFONE: <u>99090556</u>	
NOME DO PAI: <u>Dr. Sergio Barboza</u>	NOME DA MÃE: <u>Maria das Vitórias da Costa</u>			
RESPONSÁVEL: <u>Maria das Vitórias da Costa (Mãe)</u>				
PREENCHIMENTO MÉDICO (Preenchimento médico)				
CLÍNICA:	ENFERMARIA/LEITO:	INTERNAÇÃO DECORRENTE DE ACIDENTE		
( ) N ICA ( ) ORTOPÉDIA		( ) DE TRABALHO ( ) DE TRANSITO		
( ) CIRÚRGICA ( ) PEDIATRIA		( ) DE OUTROS FINS ( ) NÃO		
DIAGNÓSTICO INICIAL:		MÉDICO SOLICITANTE		
INTERNAÇÃO	ORIGEM RESIDÊNCIA?	UNIDADE DE SAÚDE ENCAMINHANTE		
DATA: <u>06.08.19</u> HORA:	( ) SIM ( ) NÃO			
PROCEDÊNCIA:		CARATÉR DE INTERNAÇÃO:		
		( ) ELETIVA ( ) NORMAL ( ) EMERGÊNCIA		
RESUMO DA SAÍDA (Preenchimento médico)				
RPOCEDIMENTO REALIZADO (AIH- Código/ Descrição)		TIPO DE PROCEDIMENTO:		
		( ) LIMPO ( ) INFECTADO ( ) CONTAMINADO		
		( ) POTENCIAL M. CONTAMINADO		
PROCEDIMENTO REALIZADO (AIH- Código/Descrição)		DATA: <u>12.08.2019</u>	HORA:	
APRESENTOU IFECCÃO?		FOI UTILIZADO ANTIMICROBIANO:		
( ) HOSPITALAR ( ) COMUNITARIA ( ) NÃO		( ) PROFILATICAMENTE ( ) NÃO		
		( ) TERAPEUTICAMENTE <u>Caicó - RN, 22.08.19</u>		
MOTIVO DA SAÍDA (AIH):		SE MOTIVADO SAÍD = 1 (remoção) ASSINAL DETALHAMENTO DA ALTA		
( ) ALTA ( ) REMOÇÃO ( ) ÓBITO ATÉ 24 HORAS		( ) CURADO ( ) MELHORADO ( ) INALTERADO ( ) A PEDIDO		
( ) ÓBITO APÓS 24 HORAS		( ) ADMINISTRATIVO ( ) POR INDICIPLINA ( ) EVASÃO		
		( ) INTER.P/DIAGNOSTICO ( ) P/COMPLEMETAÇÃO F.DE ACIDENTE		
PREENCHER SE MOTIVO 2 = (REMOÇÃO)				
INDICAÇÃO CLÍNICA:		DESTINO:		
PREENCHER SE MOTIVA SAÍDA = ÓBITO		OCORREU ÓBITO CAUSADO POR INFECÇÃO:	MÉDICO RESPONSÁVEL: (carimbo/assinatura)	



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 23/12/2020 15:56:31  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20122315562861400000061398896>  
 Número do documento: 20122315562861400000061398896

Num. 64073886 - Pág. 7



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
 Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 19



## ANAMNESE E EXAME FISICO

Nº DE REGISTRO: 029985 DATA: 06/08/2019

NOME DO PACIENTE: Jessé Barbosa da Costa

### QUEIXA PRINCIPAL, HISTÓRIA DA DOENÇA ATUAL, ANTECEDENTES, EXAMES FISICO.

Paciente internado  
apresentando febre elevada  
nessas infecções nos  
locos de sutura, nos  
focos

Confere com o Original

Caico - RN, 08/08/19

Assinado eletronicamente  
86040-0

### HIPOTESE DIAGNÓSTICA:

Estafilococia

### ASSINATURA DO MÉDICO:

*[Assinatura]*

João Batista de  
Carmo  
CRM 181-  
R. 096, 5



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 23/12/2020 15:56:31  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20122315562861400000061398896>  
Número do documento: 20122315562861400000061398896

Num. 64073886 - Pág. 8



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 20





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Secretaria Estadual de Saúde Pública do Rio Grande do Norte  
Unidade Hospitalar Regional do Seridó  
Estrada do Perímetro Irrigado Sabugi S/N - Bairro Paulo VI - Caicó-RN - CEP 59.300-000  
CNPJ (MF): 08.241754/0135-57 - Telefax (0\*\*84) 3421-9630 e 9628

### EVOLUÇÃO MÉDICA – CLÍNICA MÉDICA

NOME:	JOSE BARBOSA DA COSTA	IDADE:	26
DATA: 07.07.2019	LEITO: <b>205-01</b>	ADMISSÃO: 06.07.2019	

#### # FERIDA INFECTADA EM JOELHO ESQUERDO

**ADMISSÃO:** Paciente procedente de Caicó, relata queda de moto há 08 dias, onde sofreu varias escoriações pelo corpo, dentro ela em joelho E, onde teve que suturar – com o passar dos dias evolui com dor em joelho esquerdo, edema local, supuração purulenta, nega febre, sem outras queixas.

**COMORBIDADES:** Nega comorbidades prévias.

**HÁBITOS DE VIDA:** Nega tabagismo. nega etilismo, sedentária.

#### EXAMES:

RAIO DE JOELHO E.: SEM ANORMALIDADES.

(07/08/2019): LEUCO: 6,900 HB: 16,4 HM: 5,33 PLAQ: 278 MIL CR: 0.88 UREIA: 31 PCR: 12

**EVOLUÇÃO:** Evolui bem, estável hemodinamicamente, eupneica, afebril, vigil e orientada, alimenta-se por vo, bem, eliminações preservadas, sono preservado, nega dor. sem queixas no relato momento, consciente e responsivo.

#### AO EXAME FÍSICO:

ESTADO GERAL BOM, CONSCIENTE E ORIENTADO NO TEMPO E ESPAÇO, NORMOCORADO, ACIANÓTICO, HIDRATADO, EUPNEICO, AFEBRIL. GLASGOW 15.

SSVV: T °C máx: 36,8 // FC: 85 bpm // FR: 18 irpm // PA: 120X80 // SatO2: 98% EM AR AMBIENTE

AC: RC REGULAR, EM 2T, BULHAS NORMOFONÉTICAS. TEC < 3s.

AR: MV+, EM AMBOS HTX, SEM RA.

ABDOME: FLACIDO, INDOLOR A PALPAÇÃO

EXTREMIDADES: SEM EDEMAS; PANTURRILHAS LIVRES.

#### # CONDUTA:

1. Prescrevo ceftriaxone/ oxacilina/ analgesia.
2. Retirar pontos de sutura

Confere com o Original  
Caicó - RN, 28/08/19  
*[Assinatura]*  
860700



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 23/12/2020 15:56:31  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20122315562861400000061398896>  
Número do documento: 20122315562861400000061398896

Num. 64073886 - Pág. 9



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 21



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Secretaria Estadual de Saúde Pública do Rio Grande do Norte  
Unidade Hospitalar Regional do Seridó  
Estrada do Perímetro Irrigado Sabugi S/N - Bairro Paulo VI - Caicó-RN - CEP 59.300-000  
CNPJ (MF): 08.241754/0135-57 - Telefax (0\*\*84) 3421-9630 e 9628

### EVOLUÇÃO MÉDICA – CLÍNICA MÉDICA

NOME:	JOSE BARBOSA DA COSTA	IDADE:	26
DATA:	LEITO: 205-01	ADMISSÃO: 06.07.2019	
08.07.2019			

#### # FERIDA INFECTADA EM JOELHO ESQUERDO

**ADMISSÃO:** Paciente procedente de Caicó, relata queda de moto há 08 dias, onde sofreu varias escoriações pelo corpo, dentro ela em joelho E, onde teve que suturar – com o passar dos dias evolui com dor em joelho esquerdo, edema local, supuração purulenta, nega febre, sem outras queixas.

**COMORBIDADES:** Nega comorbidades prévias.

**HÁBITOS DE VIDA:** Nega tabagismo. nega etilismo, sedentária.

#### EXAMES:

RAIO DE JOELHO E.: SEM ANORMALIDADES.

(07/08/2019): LEUCO: 6,900 HB: 16,4 HM: 5,33 PLAQ: 278 MIL CR: 0.88 UREIA: 31 PCR: 12

**EVOLUÇÃO:** Evolui bem, estável hemodinamicamente, eupneica, afebril, vigil e orientada, alimenta-se por vo, bem, eliminações preservadas, sono preservado, nega dor. sem queixas no relato momento, consciente e responsivo.

Retirado ponto de sutura.

#### AO EXAME FÍSICO:

ESTADO GERAL BOM, CONSCIENTE E ORIENTADO NO TEMPO E ESPAÇO, NORMOCORADO, ACIANÓTICO, HIDRATADO, EUPNEICO, AFEBRIL. GLASGOW 15.

SSVV: T °C máx: 36,0 // FC: 70 bpm // FR: 18 irpm // PA: 120X80 // SatO2: 98% EM AR AMBIENTE

AC: RC REGULAR, EM 2T, BULHAS NORMOFONÉTICAS. TEC < 3s.

AR: MV+, EM AMBOS HTX, SEM RA.

ABDOME: FLACIDO, INDOLOR A PALPAÇÃO

EXTREMIDADES: SEM EDEMAS; PANTURRILHAS LIVRES.

#### # CONDUTA:

1. Continuo ceftriaxone/ oxacilina/ analgesia.

Confere com o Original

Caicó - RN.

22.08.19  
Assinado eletronicamente  
86070-D



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 23/12/2020 15:56:31  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20122315562861400000061398896>  
Número do documento: 20122315562861400000061398896

Num. 64073886 - Pág. 10



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 22



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Secretaria Estadual de Saúde Pública do Rio Grande do Norte  
Unidade Hospitalar Regional do Seridó  
Estrada do Perímetro Irrigado Sabugi S/N - Bairro Paulo VI - Caicó-RN - CEP 59.300-000  
CNPJ (MF): 08.241754/0135-57 - Telefax (0\*\*84) 3421-9630 e 9628

### EVOLUÇÃO MÉDICA – CLÍNICA MÉDICA

NOME:	JOSE BARBOSA DA COSTA	IDADE:	26
DATA:	LEITO: 205-01	ADMISSÃO: 06.07.2019	
09.07.2019			

#### # FERIDA INFECTADA EM JOELHO ESQUERDO

**ADMISSÃO:** Paciente procedente de Caicó, relata queda de moto há 08 dias, onde sofreu varias escoriações pelo corpo, dentro ela em joelho E, onde teve que suturar – com o passar dos dias evolui com dor em joelho esquerdo, edema local, supuração purulenta, nega febre, sem outras queixas.

**COMORBIDADES:** Nega comorbidades prévias.

**HÁBITOS DE VIDA:** Nega tabagismo. nega etilismo, sedentária.

#### EXAMES:

**RAIO DE JOELHO E.: SEM ANORMALIDADES.**

(07/08/2019): LEUCO: 6,900 HB: 16,4 HM: 5,33 PLAQ: 278 MIL CR: 0.88 UREIA: 31 PCR: 12

**EVOLUÇÃO:** Evolui bem, estável hemodinamicamente, eupneica, afebril, vigil e orientada, alimenta-se por vo, bem, eliminações preservadas, sono preservado, nega dor. sem queixas no relato momento, consciente e responsivo. Ferida com fundo sujo, no momento sem supuração, em processo de cicatrização.

#### AO EXAME FÍSICO:

ESTADO GERAL BOM, CONSCIENTE E ORIENTADO NO TEMPO E ESPAÇO, NORMOCORADO, ACIANÓTICO, HIDRATADO, EUPNEICO, AFEBRIL. GLASGOW 15.

SSVV: T °C máx: 36,0 // FC: 70 bpm // FR: 18 irpm // PA: 120X80 // SatO2: 98% EM AR AMBIENTE  
AC: RC REGULAR, EM 2T, BULHAS NORMOFONÉTICAS. TEC < 3s.

AR: MV+, EM AMBOS HTX, SEM RA.

ABDOMEN: FLACIDO, INDOLOR A PALPAÇÃO

EXTREMIDADES: SEM EDEMAS; PANTURRILHAS LIVRES.

#### # CONDUTA:

1. Continuo ceftriaxone/ oxacilina/ analgesia/ curativo diário.

Confere com o Original

Caicó - RN, 22/08/19

*[Assinatura]*  
86070-D



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 23/12/2020 15:56:31  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20122315562861400000061398896>  
Número do documento: 20122315562861400000061398896

Num. 64073886 - Pág. 11



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 23



PRESCRIÇÃO DA CLÍNICA MÉDICA				HOSPITAL REGIONAL DO SERIDÓ																			
NOME:		JESSE BARBOSA DA COSTA		DATA:		8/8/2019		LEITO:		205-01													
DIAGNÓSTICO:		FERIDA INFECTADA/ ARTRITE SEPTICA		ADMISSÃO:		6/8/2019																	
				HORÁRIOS																			
				8h	10h	12h	14h	16h	18h	20h	22h	24h	02h	04h	06h								
1	DIETA LIVRE																						
2	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 1000 ML PARA 24 HORAS																						
3	OMEPRAZOL 01 AMPOLA + DILUENTE EV 24/24 HORAS SE EPIGASTRALGIA																						
4	DIPIRONA - 01 AMP + 08ML ABD, IV, 6/6H - FIXO																						
5	PLASIL - 01 AMP + 18 ML ABD, IV, 8/8H - SN																						
6	CAPTOPRIL 25MG - 01 COM, VO, SE TAS>= 160 OU TAD>= 110 MMHG.																						
7	HGT - 8/8H - 1 VEZ NO DIA																						
8	GLICOSE 50% - 03 AMP, IV, SE HGT <= 70MG/DL.																						
9	INSULINA REGULAR CONFORME HGT:																						
10	0 - 200UI: 0 UI; 201-250: 04UI; 251 - 300: 06UI; 301-350: 08UI;																						
11	CEFTRIAXONA 1 GR 01 FA + 100ML SFO, 9% EV 12/12 HORAS D2																						
12	OXACILINA 500MG 04 FA + 100ML SFO, 9% EV 6/6 HORAS D1.																						
13	CLEXANE 40 MG 01 AMP. SC 1 X DIA 24/24 HORAS																						
14	RETIRAR OS PONTOS DA FERIDA EM JOELHO - CURATIVO DIÁRIO																						
15	SOLICITO RAO X JOELHO E.																						
16	SOLICITO PARECER DO CIRURGIÃO GERAL																						
17	SSV 6/6 HORAS																						
18																							
19																							
20																							
21																							

Confere com o Original

Calicó - RN, 22/08/19

*[Assinatura]*



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 23/12/2020 15:56:31  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20122315562861400000061398896>  
 Número do documento: 20122315562861400000061398896

Num. 64073886 - Pág. 12



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
 Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 24

PRESCRIÇÃO DA CLÍNICA MÉDICA				HOSPITAL REGIONAL DO SERIDÓ													
NOME:		JESSE BARBOSA DA COSTA		205-01													
DATA:		9/8/2019		LEITO:													
DIAGNÓSTICO:		FERIDA INFECTADA/ ARTRITE SEPTICA															
ADMISSÃO:		6/8/2019															
				HORÁRIOS													
				8h	10h	12h	14h	16h	18h	20h	22h	24h	02h	04h	06h		
1	DIETA LIVRE	SMO															
2	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 1000 ML PARA 24 HORAS																
3	OMEPRAZOL 01 AMPOLA + DILUENTE EV 24/24 HORAS SE EPIGASTRALGIA																
4	DIPIRONA - 01 AMP + 08ML ABD, IV, 12/12 H - FIXO																
5	PLASIL - 01 AMP + 18 ML ABD, IV, 8/8H - SN																
6	CAPTOPRIL 25MG - 01 COM, VO, SE TAS= 160 OU TAD= 110 MMHG.																
7	HGT - 8/8H - 1 VEZ NO DIA																
8	GLICOSE 50% - 03 AMP, IV, SE HGT <= 70MG/DL.																
9	INSULINA REGULAR CONFORME HGT:																
10	0 - 200UI: 0 UI; 201-250: 04UI; 251 - 300: 06UI; 301-350: 08UI;																
11	CEFTRIAXONA 1 GR 01 FA + 100ML SFO, 9% EV 12/12 HORAS D3																
12	OXACILINA 500MG 04 FA + 100ML SFO, 9% EV 6/6 HORAS D2																
13	CLEXANE 40 MG 01 AMP. SC 1 X DIA 24/24 HORAS																
14	SSV 6/6 HORAS																
15																	
16																	
17																	
18																	

Entregue o Original  
Maneja

Confere com o Original  
Data: 08/08/2019  
Assinado eletronicamente  
R. M. M. A.



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 23/12/2020 15:56:31  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20122315562861400000061398896>  
 Número do documento: 20122315562861400000061398896



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
 Número do documento: 22081616051272500000082584366

V1

PRESCRIÇÃO DA CLÍNICA MÉDICA				HOSPITAL REGIONAL DO SERIDÓ											
NOME:	JESSE BARBOSA DA COSTA														
DATA:	10/08/19	LEITO:	205-01												
DIAGNÓSTICO:	FERIDA INECTADA/ ARTRITE SEPTICA														
ADMISSÃO:	6/8/2019			HORÁRIOS											
				8h	10h	12h	14h	16h	18h	20h	22h	24h	02h	04h	06h
1	DIETA LIVRE														
2	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 1000 ML PARA 24 HORAS														
3	OMEPRAZOL 01 AMPOLA + DILUENTE EV 24/24 HORAS SE EPIGASTRALGIA														
4	DIPIRONA - 01 AMP + 08ML ABD, IV, 12/12 H - FIXO														
5	PLASIL - 01 AMP + 18 ML ABD, IV, 8/8H - SN														
6	CAPTOPRIL 25MG - 01 COM, VO, SE TAS>= 160 OU TAD>= 110 MMHG.														
7	HGT - 8/8H - 1 VEZ NO DIA														
8	GLICOSE 50% - 03 AMP, IV, SE HGT <= 70MG/DL.														
9	INSULINA REGULAR CONFORME HGT:														
10	0 - 200UI: 0 UI; 201-250: 04UI; 251 - 300: 06UI; 301-350: 08UI;														
11	CEFTRIAXONA 1 GR 01 FA + 100ML SFO, 9% EV 12/12 HORAS D3														
12	OXACILINA 500MG 04 FA + 100ML SFO, 9% EV 6/6 HORAS D2														
13	CLEXANE 40 MG 01 AMP. SC 1 X DIA 24/24 HORAS														
14	SSV 6/6 HORAS														
15															
16															
17															
18															

Dr. Luciana A. Vieira  
CRM-PR 4454

Instituto de Saúde  
COREN-PR 371-ENF

Confere com o Original  
Caio - RN, 12/08/19  
Assinado eletronicamente por Kelly Maria Medeiros do Nascimento

Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 23/12/2020 15:56:31  
https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20122315562861400000061398896  
Número do documento: 20122315562861400000061398896

Num. 64073886 - Pág. 14

Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 26



V I

PRESCRIÇÃO DA CLÍNICA MÉDICA				HOSPITAL REGIONAL DO SERIDÓ											
NOME:	JESSE BARBOSA DA COSTA														
DATA:	11/08/19	LEITO:	205-01												
DIAGNÓSTICO:	FERIDA INFECTADA/ ARTRITE SEPTICA														
ADMISSÃO:	6/8/2019			HORÁRIOS											
				8h	10h	12h	14h	16h	18h	20h	22h	24h	02h	04h	06h
1	DIETA LIVRE														
2	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 1000 ML PARA 24 HORAS														
3	OMEPRAZOL 01 AMPOLA + DILUENTE EV 24/24 HORAS SE EPIGASTRALGIA														
4	DIPIRONA - 01 AMP + 08ML ABD, IV, 12/12 H - FIXO														
5	PLASIL - 01 AMP + 18 ML ABD, IV, 8/8H - SN														
6	CAPTOPRIL 25MG - 01 COM, VO, SE TAS >= 160 OU TAD >= 110 MMHG.														
7	HGT - 8/8H - 1 VEZ NO DIA														
8	GLICOSE 50% - 03 AMP, IV, SE HGT <= 70MG/DL.														
9	INSULINA REGULAR CONFORME HGT:														
10	0 - 200UI: 0 UI; 201-250: 04UI; 251 - 300: 06UI; 301-350: 08UI;														
11	CEFTRIAXONA 1 GR 01 FA + 100ML SF0,9% EV 12/12 HORAS D3														
12	OXACILINAS 500MG 04 FA + 100ML SF0,9% EV 6/6 HORAS D2														
13	CLEXANE 40 MG 01 AMP. SC 1 X DIA 24/24 HORAS														
14	SSV 6/6 HORAS														
15															
16															
17															
18															

Dr. Kelly Maria de Almeida  
Medicina Clínica Médica  
CRM 16.149 - DS 88001617191-888

32 18 19  
Assinado eletronicamente por: Kelly Maria de Almeida

PRESCRIÇÃO DA CLÍNICA MÉDICA				HOSPITAL REGIONAL DO SERIDÓ												
NOME:		JESSE BARBOSA DA COSTA														
DATA:		12/8/2019	LEITO:	205-01												
DIAGNÓSTICO:		FERIDA INFECTADA/ ARTRITE SEPTICA														
ADMISSÃO:		6/8/2019														
				HORÁRIOS												
				8h	10h	12h	14h	16h	18h	20h	22h	24h	02h	04h	06h	
1	DIETA LIVRE															
2	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 1000 ML PARA 24 HORAS					1º										
3	OMEPRAZOL 01 AMPOLA + DILUENTE EV 24/24 HORAS SE ERIGASTRALGIA									2º						
4	DIPIRONA - 01 AMP + 08ML ABD, IV, 12/12 H - FIXO								18						06	
5	PLASIL - 01 AMP + 18 ML ABD, IV, 8/8H - SN															
6	CAPTOPRIL 25MG - 01 COM, VO, SE TAS>= 160 OU TAD>= 110 MMHG.															
7	HGT - 8/8H - 1 VEZ NO DIA															
8	GLICOSE 50% - 03 AMP, IV, SE HGT <= 70MG/DL.															
9	INSULINA REGULAR CONFORME HGT:															
10	0 - 200UJ: 0 UJ; 201-250: 04UJ; 251 - 300: 06UJ; 301-350: 08UJ;															
11	CEFTRIAXONA 1 GR 01 FA + 100ML SFO, 9% EV 12/12 HORAS D6					12						24			06	
12	OXACILINA 500MG 04 FA + 100ML SFO, 9% EV 6/6 HORAS D5					12			18			24			06	
13	CLEXANE 40 MG 01 AMP, SC 1 X DIA 24/24 HORAS								18							
14	CURATIVO DIÁRIO + COMISSÃO DE PELE															
15	SSV 6/6 HORAS								18			24			06	
16	Atto Mepetolac.															
17																
18																

Confere com o Orç. 1 al  
 Caicó - RN, 22. 08  
 [Assinatura]



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 23/12/2020 15:56:31  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20122315562861400000061398896>  
 Número do documento: 20122315562861400000061398896

Num. 64073886 - Pág. 16



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
 Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 28



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Secretaria Estadual de Saúde Pública do Rio Grande do Norte  
Unidade Hospitalar Regional do Seridó  
Estrada do Perímetro Irrigado Sabugi S/N - Bairro Paulo VI - Caicó-RN - CEP 59.300-000  
CNPJ (MF): 08.241754/0135-57 - Telefax (0\*\*84) 3421-9630 e 9628

### RESUMO DE ALTA – CLÍNICA MÉDICA

NOME:	JESSE BARBOSA DA COSTA	IDADE:	26
DATA: 12/08/2019	LEITO: 205.01	ADMISSÃO: 06/07/2019	

#### RESUMO DE ALTA

Paciente procedente de Caicó, relata queda de moto há 08 dias, onde sofreu várias escoriações pelo corpo, dentre elas em joelho E, onde teve que suturar – com o passar dos dias evolui com dor em joelho esquerdo, edema local, supuração purulenta, nega febre, sem outras queixas. Nega comorbidades prévias. Nega tabagismo. nega etilismo, sedentária.

#### EXAMES:

RAIO DE JOELHO E.: SEM ANORMALIDADES. (07/08/2019). LEUCO: 6,900 HB: 16,4 HM: 5,33  
PLAQ: 278 MIL CR: 0.88 UREIA: 31 PCR: 12

**EVOLUÇÃO:** Evolui bem, estável hemodinamicamente, eupneica, afebril, vigil e orientada, alimenta-se por vo, bem, eliminações preservadas, sono preservado, nega dor. sem queixas no relato momento, consciente e responsivo. Ferida em cicatrização, sem sinais flogísticos, sem edema, com melhora progressiva do quadro.

#### AO EXAME FÍSICO:

ESTADO GERAL BOM, CONSCIENTE E ORIENTADO NO TEMPO E ESPAÇO, JORMOCORADO, ACIANÓTICO, HIDRATADO, EUPNEICO, AFEBRIL. GLASGOW 15.

SSVV: T °C: 36,0 // FC: 75 bpm // FR: 18 irpm // PA: 120X80 // SatO2: 98% EM AR AMBIENTE

AC: RC REGULAR, EM 2T, BULHAS NORMOFONÉTICAS. TEC < 3s.

AR: MV+, EM AMBOS HTX, SEM R. A.

ABDOME: FLACIDO, INDOLOR A PALPAÇÃO

EXTREMIDADES: SEM EDEMAS; PANTURRILHAS LIVRES.

**CONDUTA:** Prescrevo cefalexina por mais 7 dias.

**DIAGNOSTICO PRINCIPAL:** FERIDA DE JOELHO ESQUERDO INFECTADA

**PROCEDIMENTOS CIRURGICOS:** NÃO



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 23/12/2020 15:56:31  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20122315562861400000061398896>  
Número do documento: 20122315562861400000061398896

Num. 64073886 - Pág. 17



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 29



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Secretaria Estadual de Saúde Pública do Rio Grande do Norte  
Unidade Hospitalar Regional do Seridó  
Estrada do Perimetro Irrigado Sabugi S/N - Bairro Paulo VI - Caicó-RN - CEP 59.300-000  
CNPJ (MF): 08.241754/0135-57 - Telefax (0\*\*84) 3421-9630 e 9628

### RESUMO DE ALTA – CLÍNICA MÉDICA

DE ALTA: MELHORADO

DATA: 12.08.2019

DESTINO: RESIDENCIA



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 23/12/2020 15:56:31  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20122315562861400000061398896>  
Número do documento: 20122315562861400000061398896

Num. 64073886 - Pág. 18



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 30



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 23/12/2020 15:56:31  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20122315562861400000061398896>  
Número do documento: 20122315562861400000061398896

Num. 64073886 - Pág. 19



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 31





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 12 de Junho de 2020

Nº do Pedido do  
Seguro DPVAT: 3200203402

Vítima: JESSE BARBOSA DA COSTA

Data do Acidente: 30/07/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), JESSE BARBOSA DA COSTA

Após a análise dos documentos apresentados do pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Os documentos médicos apresentados não evidenciam a presença de sequelas permanentes, que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, não sendo caracterizada invalidez permanente coberta pelo Seguro DPVAT. A documentação médica anexada, datada de 06/08/2019, emitida pelo Dr. JOAO BATISTA DE BRITO, CRM nº 1837 - RN, da Instituição HOSPITAL REGIONAL DO SERIDÓ, evidencia recuperação completa após o dano pessoal sofrido no acidente de trânsito e não foi comprovada a existência de invalidez permanente.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 01549/01550 - carta\_31 - INVALIDEZ

0004075

Carta nº 15652009



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 23/12/2020 15:56:31  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20122315563178400000061400148>  
Número do documento: 20122315563178400000061400148

Num. 64073888 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 32

## ANEXO 2

TABELA – LIMITES MÁXIMOS PARA ACORDOS EM PEDIDOS POR INVALIDEZ PERMANENTE

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					

1ª Campanha de Acordos de 2014 – fl. 13 de 19

1 hv CamScanner



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 23/12/2020 15:56:32  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20122315563198100000061400149>  
 Número do documento: 20122315563198100000061400149

Num. 64073889 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
 Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 33

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
3ª Vara da Comarca de Caicó  
Av. Dom José Adelino Dantas, S/N, Maynard, Caicó - RN - CEP: 59300-000

Processo nº 0804089-29.2020.8.20.5101 - PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JESSE BARBOSA DA COSTA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

**DESPACHO**

Inicialmente, defiro o pedido de assistência judiciária gratuita, por entender que a parte autora preenche os requisitos do art. 98 e seguintes do CPC/2015.

Ademais, prevê o art. 334 do Código de Processo Civil que caso a petição inicial preencha os requisitos essenciais e não seja o caso de improcedência liminar do pedido, a requerida será citada e intimada para audiência de conciliação ou mediação (CPC, art. 334).

Não obstante, na presente demanda a parte autora alega ter sido vítima de acidente de trânsito e que em razão disso sofreu intervenções em membro do corpo permanentemente comprometedoras de parte ou da totalidade de suas funções, fazendo jus, portanto, ao recebimento de indenização referente ao seguro obrigatório DPVAT.

A prática forense demonstra que, em demandas desse tipo, somente são ajuizados os casos em que os seguros não foram pagos ou, se pagos, não atenderam à expectativa dos envolvidos quanto ao grau de invalidez pertinente, tendo em vista que não há nenhuma informação ao beneficiário dos critérios médicos usados.

É, portanto, necessário ao esclarecimento do caso a realização de perícia médica que determine, com precisão, a gradação da debilidade do postulante, para que se possa quantificá-la de acordo com a tabela anexa à Lei nº 6.194/74 e Súmula 474 do STJ.

No presente caso, portanto, afigurar-se-ia infrutífera uma prévia tentativa de conciliação e mediação antes de saber a extensão exata do dano, a fim de para adaptá-lo à tabela oficial, o que resultaria em medida ineficaz, tanto que a usual prática de mutirões de conciliação referentes à ações judiciais envolvendo seguro DPVAT acontecem com a realização simultânea de perícia médica para determinação do tipo e grau de lesão.

Neste contexto, a perícia não é apenas essencial para a solução do mérito, mas sim para a própria conciliação prévia, sendo então medida elementar para a celeridade processual dispensar, momentaneamente, a audiência a que se refere o art. 334 do CPC, postergando a sua realização para momento oportuno.

Ante o exposto, proceda-se à citação da parte ré, para, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, alertando-a da regra do art. 344 do NCPC.

Caso haja contestação e havendo nesta arguição de preliminar ou fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (NCPC, artigos 350 e 351), dê-se vistas ao autor, através de seu advogado, a fim de que se pronuncie a respeito, no prazo de 15 (quinze) dias, procedendo sempre a Secretaria conforme o disposto no art. 203, § 4º, do NCPC.



Assinado eletronicamente por: LUIZ CANDIDO DE ANDRADE VILLACA - 19/01/2021 11:36:18  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21011911361790700000061476989>  
Número do documento: 21011911361790700000061476989

Num. 64152720 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 34

Na hipótese de a citação não ser levada a efeito, intime-se igualmente o autor, por seu advogado, no prazo supra, para se pronunciar sobre a diligência negativa.

Com ou sem contestação ou, após a manifestação sobre a contestação, se for o caso, faça-se conclusão.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Diligências e expedientes necessários.

Caicó/RN, data da assinatura eletrônica.

*(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº. 11.419/06)*

Luiz Cândido de Andrade Villaça

Juiz de Direito



Assinado eletronicamente por: LUIZ CANDIDO DE ANDRADE VILLACA - 19/01/2021 11:36:18  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21011911361790700000061476989>  
Número do documento: 21011911361790700000061476989

Num. 64152720 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 35

PETIÇÃO E COMPROVANTES ANEXOS



Assinado eletronicamente por: LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA - 17/02/2021 09:15:53  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021709155354300000062707535>  
Número do documento: 21021709155354300000062707535

Num. 65486466 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 36



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAICO/RN

Processo n.º 08040892920208205101

**SÚMULA 474 STJ:** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JESSE BARBOSA DA COSTA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

### CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

#### BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **30/07/2019**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **22/08/2019**.

Portanto, em que pese o requerimento da indenização na via administrativa, houve a NEGATIVA da Seguradora responsável pela regulação, haja vista, a ausência de sequelas.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Assinado eletronicamente por: LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA - 17/02/2021 09:15:53  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021709155371200000062707536>  
Número do documento: 21021709155371200000062707536

Num. 65486467 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 37

## **PRELIMINARMENTE**

### **DA TEMPESTIVIDADE**

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015<sup>1</sup>, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

### **DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO**

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015<sup>2</sup>.

## **DO MÉRITO**

### **DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR**

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC<sup>3</sup>.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

<sup>1</sup>[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

<sup>2</sup>[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

<sup>3</sup>“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



### **DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO**

#### **DA INEXISTÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE**

É incontroverso que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber o Seguro Obrigatório DPVAT no que se refere à cobertura de invalidez permanente, uma vez que o próprio laudo médico acostado nos autos pelo autor constata a ausência de lesões de caráter permanente.

Verifica-se, outrossim, que a parte autora ingressou com o requerimento administrativo, o qual foi negado pela Seguradora Reguladora, ante a ausência de lesões indenizáveis.

Frisa-se que nem todas as lesões ocasionadas por acidente automotor são passíveis de indenização, pois para caracterizar invalidez permanente passível de indenização imprescindível que haja perda definitiva ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável, ao fim do tratamento médico.

Deste modo, a Lei 6194/74 considera invalidez permanente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte. Por essa razão, lesões meramente estéticas, temporárias, ou que de qualquer forma não venham acarretar comprometimento de órgão ou função, não serão passíveis de indenização. E é exatamente o caso dos autos.

Em análise ao processo administrativo e aos documentos médicos juntados pela própria parte autora, conclui-se que o acidente ocasionou ao autor lesões que não acarretaram incapacidade funcional ou para realização de atividades ordinárias, portanto, não são passíveis de indenização.

Assim, verificada a inexistência de invalidez permanente, deverá o pedido autoral ser julgado IMPROCEDENTE, nos termos do art. 487, I, CPC.

#### **DA AUSÊNCIA DE COBERTURA**

O seguro obrigatório DPVAT é regido pela Lei n.º 6.194/74, tendo sido alterada pela Lei n.º 11.945/09, e discute matéria referente à modalidade de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

Assim, temos que o seguro DPVAT dá cobertura apenas às indenizações ocasionadas por morte, invalidez e reembolso de despesas de assistências médicas e suplementares, não tendo abrangência sobre qualquer outra indenização que não seja as especificadas na letra da lei.

Verifica-se, porém, que as provas produzidas nos autos, demonstram e comprovam o contrário do que alega o Autor, o **LAUDOS MÉDICOS** atestam que a lesão apresentada é apenas temporária/recuperável, o que, por certo, não pode ser considerada INVALIDEZ, não havendo previsão de cobertura pela Lei do DPVAT.

Vale ressaltar que o convenio/seguradoras é responsável apenas pelo pagamento das indenizações dispostas na Lei 11.945/09, não podendo ter interpretação extensiva a pretensões de cunho particular por parte do Autor, que não tenham qualquer ligação com a matéria em questão.

Conclui-se assim ser impossível juridicamente o pedido do Autor, e, por ser impossível juridicamente o pedido, requer que a presente demanda seja julgada **IMPROCEDENTE**.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadv.com.br



Assinado eletronicamente por: LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA - 17/02/2021 09:15:53  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021709155371200000062707536>  
Número do documento: 21021709155371200000062707536

Num. 65486467 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 39



#### **DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral<sup>4</sup>.

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima<sup>5</sup>.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

**Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e**

**Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.**

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

#### **DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA**

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

<sup>4</sup> RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUVE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

<sup>5</sup> **Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”



Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios<sup>6</sup>, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

### **DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação<sup>7</sup>.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação<sup>8</sup>

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

### **DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

### **CONCLUSÃO**

Ante o exposto, reafirma o desinteresse na audiência de conciliação, conforme amplamente demonstrado no corpo da presente peça.

<sup>6</sup>“PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO.** Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. **A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 6º, VIII, da Lei nº 8078/90.** 3. Recurso a que se dá provimento, com base no artigo 557 § 1º-A do Código de Processo Civil, para afastar a inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.”(TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-63.2014.8.19.0000, Relator: DES. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA, Data de Julgamento: 12/01/2015, TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015).

<sup>7</sup>“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

<sup>8</sup> **art. 1º (...)**  
**§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA - 17/02/2021 09:15:53  
https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021709155371200000062707536  
Número do documento: 21021709155371200000062707536

Num. 65486467 - Pág. 5



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 41

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Sumula 474 do STJ.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do Convênio de nº01/2013 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT. Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer a Ré que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos com endereço à Rua São José, nº 90, Grupo 810 a 812, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP:20.0010-020, Tel: 21-3265-5600, corporativo@joaobarbosaadvass.com.br e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do **DR. LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA**, inscrito sob o **nº11929 - OAB/RN**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

CAICO, 8 de fevereiro de 2021.

**LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA**  
**11929 - OAB/RN**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Assinado eletronicamente por: LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA - 17/02/2021 09:15:53  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021709155371200000062707536>  
Número do documento: 21021709155371200000062707536

Num. 65486467 - Pág. 6



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 42

### QUESITOS DA RÉ

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

**Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Assinado eletronicamente por: LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA - 17/02/2021 09:15:53  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021709155371200000062707536>  
Número do documento: 21021709155371200000062707536

Num. 65486467 - Pág. 7



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 43

### **TABELA DE GRADAÇÃO**

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursam com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadv.com.br



Assinado eletronicamente por: LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA - 17/02/2021 09:15:53  
https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021709155371200000062707536  
Número do documento: 21021709155371200000062707536

Num. 65486467 - Pág. 8



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 44

## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RN 980-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o nº 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa dos advogados **LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA**, inscrita na OAB/RN sob o nº 11.929 e **ODETE CLARA COSTA PIMENTA NETA**, inscrita na OAB/RN sob o nº 12.140, com escritório na Rua João da Escóssia, 196, Nova Betânia, Mossoró - RN, CEP 59.607-330, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **JESSE BARBOSA DA COSTA**, em curso perante a **3ª VARA CÍVEL** da comarca de **CAICO**, nos autos do Processo nº 08040892920208205101.

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 2021.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/RN 980-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO - OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Assinado eletronicamente por: LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA - 17/02/2021 09:15:53  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021709155371200000062707536>  
Número do documento: 21021709155371200000062707536

Num. 65486467 - Pág. 9



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 45



HRF (DA SEDE OU DA FILIAL, ONDANDO A SEDE POR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

**Types: North/South**

**Sociedade anônima**

**Positive Environmental**

Normal

108 An. Deutsches

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERJA

Último Arquivamento:  
0006313:1301 - 18/12/2017

DOI: 10.1002/anie.200607944

SEGURO LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Baleva(s): 102595004

Hash: ECC32023-D71D-4232-8033-7CC98410A90A

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DFI	21,00	21,00



## REQUERIMIENTO


Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

## Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 133.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD69743867A48220CF0K4B56AFAD5E5CF8FFD5CF68740F233K496AFDA8DK1FD8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 2/13



Assinado eletronicamente por: LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA - 17/02/2021 09:15:54

<https://pje1q.tirn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021709155402800000062707537>

Número do documento: 21021709155402800000062707537

Num. 65486468 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13

<https://pie1q.tirn.ius.br:443/pie/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>

Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 46

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**2. CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

**3. PRESENÇA:** Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

**4. MESA:** Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

**5. ORDEM DO DIA:** deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

**6. DELIBERAÇÕES:** Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do  
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 1 de 3



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149055 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD69743887A48220CFDE4356AFADSECF8FFD5CF68740F233E496AFTA80E1F8E	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital</a> , informe o nº de protocolo. Pág. 3/13	



Assinado eletronicamente por: LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA - 17/02/2021 09:15:54  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021709155402800000062707537>  
Número do documento: 21021709155402800000062707537

Num. 65486468 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 47

Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (II) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (I) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reafirmar as funções específicas perante a SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Torres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 2 de 3

*Handwritten signatures*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCÍOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 333.0028478-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018  
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003148059 e demais constantes do termo de autenticação.  
Autenticação: F08974385FA48220CFB4H5EAPADESECF8FY0SCF68740F33H496AFDA80E1F88  
Para validar o documento acesse <http://www.jucezja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 4/13



Assinado eletronicamente por: LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA - 17/02/2021 09:15:54  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2102170915540280000062707537>  
Número do documento: 2102170915540280000062707537

Num. 65486468 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 48

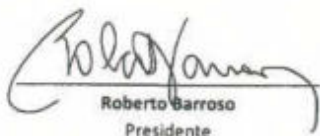


**7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

**8. ASSINATURAS:** A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicólas Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
Roberto Barroso  
Presidente

  
Isabella Maria Azevedo da Cunha  
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 60-2016/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: F06574386FA48220CFD64856AFAD56CF8FFD0CF68740F233E496AFDA8051F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo. Pag. 3/13



Assinado eletronicamente por: LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA - 17/02/2021 09:15:54

<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021709155402800000062707537>

Número do documento: 21021709155402800000062707537

Num. 65486468 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13

<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>

Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 49

SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00005149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFEE4956AFAD5E67F85CF68740F233E496AFDA80E1F86	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital</a> . Informe o nº de protocolo. Pág. 8/13	



Assinado eletronicamente por: LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA - 17/02/2021 09:15:54  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021709155402800000062707537>  
Número do documento: 21021709155402800000062707537

Num. 65486468 - Pág. 5



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 50



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149039 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA89220CFE4B56AFABE5CF8F70CF88740F233E496AFDA80E1F8E	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital</a> , informe o nº de protocolo. Pág. 10/15	



Assinado eletronicamente por: LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA - 17/02/2021 09:15:54  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021709155402800000062707537>  
Número do documento: 21021709155402800000062707537

Num. 65486468 - Pág. 6



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 51





4996507

**ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016**

**"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º** - A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**Artigo 2º** - A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Artigo 3º** - A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

**Artigo 4º** - A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

**CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Artigo 5º** - O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

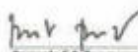
**Parágrafo Primeiro** - Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**Artigo 6º** - Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

**CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL**

**ARTIGO 7º** - A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 1 de 10

  
Bernardo R. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D798CBA11812475AE8208296B235403C7645C895  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



Assinado eletronicamente por: LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA - 17/02/2021 09:15:54  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021709155402800000062707537>  
Número do documento: 21021709155402800000062707537

Num. 65486468 - Pág. 8



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 53





4996508

**ARTIGO 8º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

**Parágrafo Primeiro** - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

**Parágrafo Segundo** - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

**Parágrafo Terceiro** - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

**Parágrafo Quarto** - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

**Parágrafo Quinto** - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

**Parágrafo Sexto** - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

#### CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

**ARTIGO 9º** - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

**Parágrafo Primeiro** - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

**Parágrafo Segundo** - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

**Parágrafo Terceiro** - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 2 de 10

  
Bernardo R. S. Benveniste  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9ADC86883B2947C61B477D79BCBA11612475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



Assinado eletronicamente por: LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA - 17/02/2021 09:15:54  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021709155402800000062707537>  
Número do documento: 21021709155402800000062707537

Num. 65486468 - Pág. 9



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 54



4996509

**Parágrafo Quarto** – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

**Parágrafo Quinto** – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

## CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**ARTIGO 10** – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro** – Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

**Parágrafo Segundo** – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

**Parágrafo Terceiro** – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

**ARTIGO 11** – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

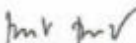
**ARTIGO 12** – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

**ARTIGO 13** – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

**Parágrafo Primeiro** – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

**Parágrafo Segundo** – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 3 de 10

  
Bernardo A. S. Serwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016. E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



Assinado eletronicamente por: LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA - 17/02/2021 09:15:54  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021709155402800000062707537>  
Número do documento: 21021709155402800000062707537

Num. 65486468 - Pág. 10



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 55



convocada.



4986510

**Parágrafo Terceiro** - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

**ARTIGO 14** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

**Parágrafo Segundo** - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

**Parágrafo Terceiro** - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

**ARTIGO 15** - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 4 de 10

Fernando F. S. Benavente  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



Assinado eletronicamente por: LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA - 17/02/2021 09:15:54  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2102170915540280000062707537>  
Número do documento: 2102170915540280000062707537

Num. 65486468 - Pág. 11



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 56



4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

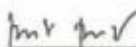
s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 5 de 10

  
Bernardo F. L. Berninger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF8ADC86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C865  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



Assinado eletronicamente por: LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA - 17/02/2021 09:15:54  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021709155402800000062707537>  
Número do documento: 21021709155402800000062707537

Num. 65486468 - Pág. 12



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 57



4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

**ARTIGO 16** – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

**Parágrafo Único** – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

#### **CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA**

**ARTIGO 17** – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

**ARTIGO 18** – O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

**Parágrafo único** – Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

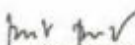
#### **CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA**

**ARTIGO 19** – A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

**Parágrafo Primeiro** – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo Segundo** – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 6 de 10

  
FERNANDO F. S. DERWANGER  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D796CBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



Assinado eletronicamente por: LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA - 17/02/2021 09:15:54  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021709155402800000062707537>  
Número do documento: 21021709155402800000062707537

Num. 65486468 - Pág. 13



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 58





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

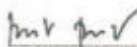
**ARTIGO 20** – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

**ARTIGO 21** - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 7 de 10

  
Bernardo F. S. Barreiros  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016. E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



Assinado eletronicamente por: LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA - 17/02/2021 09:15:54  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021709155402800000062707537>  
Número do documento: 21021709155402800000062707537

Num. 65486468 - Pág. 14



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 59



4996514

- c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;
- d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;
- e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;
- f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;
- g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e
- i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 22** – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

- a) dois Diretores;
- b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;
- c) dois procuradores com poderes especiais.

**Parágrafo Primeiro** – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:


- a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;
- b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

#### **CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL**

**ARTIGO 23** – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 8 de 10

  
Bernardo F. L. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9ADC8688382947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



Assinado eletronicamente por: LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA - 17/02/2021 09:15:54  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021709155402800000062707537>  
Número do documento: 21021709155402800000062707537

Num. 65486468 - Pág. 15



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 60





4986515

**Parágrafo Primeiro** – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Segundo** – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

#### **CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS**

**ARTIGO 24** – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

**ARTIGO 25** – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

**ARTIGO 26** – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

**Parágrafo Único** – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

**ARTIGO 27** – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

**Parágrafo Único** – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

#### **CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO**

**ARTIGO 28** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 9 de 10

  
Bernardo F. S. Derwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020183575185 - 27/09/2016  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9ADC86883B2947C61B477D798CBA11812475AE8208296B235403C7645C895  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



Assinado eletronicamente por: LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA - 17/02/2021 09:15:54  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021709155402800000062707537>  
Número do documento: 21021709155402800000062707537

Num. 65486468 - Pág. 16



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 61

de março de 1967.



4996516

## XI - DISPOSIÇÕES GERAIS

**ARTIGO 29** - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

**ARTIGO 30** - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

**ARTIGO 31** - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

**Parágrafo Único** - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

**ARTIGO 32** - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 10 de 10

Bernardo F. S. Benavente  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016. E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE92082968235403C7645C895  
Arquivamento: 00002956803 - 11/10/2016



Assinado eletronicamente por: LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA - 17/02/2021 09:15:54  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021709155402800000062707537>  
Número do documento: 21021709155402800000062707537

Num. 65486468 - Pág. 17



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 62

## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

JOSÉ ISMAR ALVES TORRES  
DIRETOR PRESIDENTE

**HÉLIO BITTON RODRIGUES**  
**DIRETOR**

17º Ofício de Notas  
DA CAPITAL

Reconheço por AUTENTICAÇÃO as firmas de: HELIO BITTON RODRIGUES e  
JOSE EDUAR ALVES TORRES (X00000524453)  
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.  
Em testemunho \_\_\_\_\_ de verdade.

Paulia Cristina A. D. Gaspar - Aut.  
EOLP-16681 NOL, EOLP-36832 GNS  
<https://www3.tirisi.us.br/sitepublico>

Tabellião Carlos Alberto Firmino Oliveira  
Rua de Caramé, 65 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2127.4030

AD028690  
098674

Conf. por  
Serventia  
TITULARES  
Total

CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ  
Paulia Cristina A. D. Gaspar  
1 3,90 Escravento  
1 10796 40062 valor 09077 ME  
Aut. 20 5 7 Lat 8.885704



Assinado eletronicamente por: LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA - 17/02/2021 09:15:54  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021709155402800000062707537>  
 Número do documento: 21021709155402800000062707537

Num. 65486468 - Pág. 18



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
 Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 63



**SUBSTABELECIMENTO**

Na qualidade de procurador das Seguradoras: **AIG SEGUROS BRASIL S/A**; **ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A**; **ALFA SEGURADORA S/A**; **ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A**; **AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS**; **ANGELUS SEGUROS S/A**; **ARGO SEGUROS BRASIL S/A**; **ARUANA SEGUROS S.A.**; **ASSURANT SEGURADORA S.A.**; **ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS**; **AUSTRAL SEGURADORA S/A**; **AXA CORPORATE SOLUTIONS SEGUROS S.A.**; **AXA SEGUROS S/A**; **AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**; **BANESTES SEGUROS S/A**; **BMG SEGUROS S/A**; **BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**; **BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS**; **BTG PACTUAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CAIXA SEGURADORA S/A**; **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A**; **CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A**; **CHUBB SEGUROS BRASIL S/A**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**; **CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL**; **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**; **COMPREV SEGURADORA S/A**; **COMPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **ESSOR SEGUROS S/A**; **FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A**; **FATOR SEGURADORA S/A**; **GAZIN SEGUROS S.A.**; **GENERALI BRASIL SEGUROS S/A**; **GENTE SEGURADORA S/A**; **ICATU SEGUROS S/A**; **INVESTPREV SEGURADORA S/A**; **INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A**; **J. MALUCELLI SEGURADORA S/A**; **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**; **MAPFRE VIDA S/A**; **MBM SEGURADORA S/A**; **MG SEGUROS VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A**; **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **OMINT SEGUROS S/A**; **PAN SEGUROS S/A**; **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**; **PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **POTTENCIAL SEGURADORA S/A**; **PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A**; **PREVIMIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **SABEMI SEGURADORA S/A**; **SAFRA SEGUROS GERAIS S/A**; **SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **SANCOR SEGUROS DO BRASIL S/A**; **SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS**; **SOMPO SEGUROS S/A**; **STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.**; **SUHA SEGUROS S/A**; **SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A**; **TOKIO MARINE SEGURADORA S/A**; **TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A**; **UNIÃO SEGURADORA S/A – VIDA E PREVIDÊNCIA**; **USEBENS SEGUROS S/A**; **VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS**; **XL SEGUROS BRASIL S/A**; **ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato.



Assinado eletronicamente por: LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA - 17/02/2021 09:15:54  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021709155402800000062707537>  
Número do documento: 21021709155402800000062707537

Num. 65486468 - Pág. 19

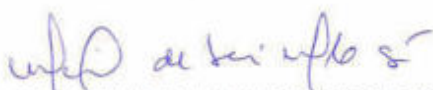


Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 64

anexo, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, **ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A**, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2018.



**MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**

**OAB/RJ 135.132**



Assinado eletronicamente por: LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA - 17/02/2021 09:15:54  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021709155402800000062707537>  
Número do documento: 21021709155402800000062707537

Num. 65486468 - Pág. 20



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 65

**PARECER DE ANÁLISE MÉDICA****DADOS DO SINISTRO**

**Número:** 3200203402 **Cidade:** Caicó **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** JESSE BARBOSA DA COSTA **Data do acidente:** 30/07/2019 **Seguradora:** INVESTPREV SEGUROS E PREVIDENCIA

**PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA**

**Data da análise:** 09/06/2020

**Valoração do IML:** 0

**Perícia médica:** Não

**Diagnóstico:** TRAUMA CORTO-CONTUSO DO JOELHO ESQUERDO.

**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO CONSERVADOR E ALTA MÉDICA.

**Sequelas permanentes:**

**Sequelas:** Sem sequela

**Documento/Motivo:** Recusa – Sem Sequelas (Recuperação Completa)

**Nome do documento faltante:**

**Apontamento do Laudo do IML:**

**Conduta mantida:**

**Quantificação das sequelas:**

**Documentos complementares:**

**Observações:** DOC PÁG. 05 06 14 // EM TODOS OS DOCUMENTOS MÉDICOS ACOSTADOS NÃO SE EVIDENCIA PRESENÇA DE SEQUELAS PERMANENTES QUE NÃO SEJAM SUSCETÍVEIS DE AMENIZAÇÃO PROPORCIONADA POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA.

**Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.**

**DANOS**

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00



Assinado eletronicamente por: LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA - 17/02/2021 09:15:54  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2102170915543500000062707538>  
Número do documento: 2102170915543500000062707538

Num. 65486469 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 66



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
3ª Vara da Comarca de Caicó  
Avenida Dom José Adelino Dantas, S/N, Maynard, CAICÓ - RN - CEP: 59300-000

Processo nº 0804089-29.2020.8.20.5101

Ação: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**ATO ORDINATÓRIO**

Considerando o que consta no Código de Normas da Corregedoria de Justiça do RN (Provimento nº 154/2016 - CJ/TJRN), **intimo** o(a)(s) requerente(s), por seu/sua(s) advogado(a)(s) para, querendo se manifestar(em) sobre a(s) contestação(ões) apresentada(s) ID nº **65486467**, no prazo de 15 dias.

CAICÓ, 26 de fevereiro de 2021.

ROSANGELA DO NASCIMENTO FEDERICO

Chefe de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



Assinado eletronicamente por: ROSANGELA DO NASCIMENTO FEDERICO - 26/02/2021 16:40:10  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21022616401032500000063071421>  
Número do documento: 21022616401032500000063071421

Num. 65880877 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 67

EM ANEXO.



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 01/03/2021 15:24:22  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21030115242281700000063124448>  
Número do documento: 21030115242281700000063124448

Num. 65938454 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 68



CAICÓ ADVOCACIA/SEGUROS & ASSESSORIA JURÍDICA  
**Kelly Maria Medeiros do Nascimento – OAB 7469 - RN**  
Rua André Sales, 130, Paulo VI – Caicó/RN – CEP: 59300.000  
Próximo ao Hospital Regional do Seridó - SESP  
E-mail: [caicodpvat@hotmail.com](mailto:caicodpvat@hotmail.com) e [caicoseguros@gmail.com](mailto:caicoseguros@gmail.com).  
Fones: (84) 99801-5199 e 988870543

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 3ª VARA DA COMARCA DE CAICÓ-RN.**

Processo nº: 0804089-29.2020.8.20.5101.

Replicado: **Jessé Barbosa da Costa.**

Replicante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

**DOUTO JUÍZO.**

**Jessé Barbosa da Costa**, já devidamente qualificado nos autos, por intermédio de sua bastante procuradora que esta subscreve, podendo, para tanto, ser intimada no endereço que consta no preâmbulo da exordial, vem perante Vossa Excelência, apresentar **RÉPLICA À CONTESTAÇÃO**, expondo e ao final requerer o seguinte:

**-DAS PRELIMINARES SUSCITADAS PELA REQUERIDA.**

Não há de prosperar as preliminares levantadas pela demandada, visto que, as mesmas se confundem com o mérito da demanda, motivo pelo qual, devem as mesmas serem rejeitadas por total falta de amparo legal.

**-NO MÉRITO:**

A requerida ao apresentar a sua resposta afirmou que:

**“DA INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL – DA FALTA DE INTERESSE DE AGIR AUTURAL - NECESSIDADE DE EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO – APLICAÇÃO DO ART. 17, ART. 330, INCISO III, E ART. 485, INCISO VI, TODOS DO CPC.”**

**- DO EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA**

O Supremo Tribunal Federal, dissipou todas as dúvidas quanto a não obrigatoriedade do beneficiário exaurir na via administrativa, se não vejamos:

RE 938340 GO - GOIÁS

Partes:

RECTE.(S) : WILMERSON ELIAS BATISTA BARROSO.

RECDO.(A/S): BRADESCO SEGUROS S/A

Julgamento-16 de Fevereiro de 2016

Relator- Min. LUIZ FUX

Decisão:

**“RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DPVAT. NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL JULGADA PELO PLENÁRIO**

1



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 01/03/2021 15:24:23  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21030115242294200000063124456>  
Número do documento: 21030115242294200000063124456

Num. 65938463 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 69

DO STF NO RE Nº 631.240. TEMA Nº 350. RECURSO DESPROVIDO. Decisão: Trata-se de recurso extraordinário, manejado com arrimo na alínea a do permissivo constitucional, contra acórdão que assentou, verbis: “AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO MONOCRÁTICA. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA – DPVAT. NECESSIDADE DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. RELAÇÃO PROCESSUAL AINDA NÃO TRIANGULARIZADA. OPORTUNIDADE DE EMENDA DA PEÇA DE INGRESSO NÃO EVIDENCIADA. IMPRESCINDIBILIDADE. SENTENÇA CASSADA. AUSÊNCIA DE ARGUMENTO NOVO. 1. O estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, conforme confirmado pelo Plenário da Corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240 de Relatoria do Ministro Roberto Barroso. Assim, não há ilegalidade quanto ao reconhecimento acerca da necessidade de prévio requerimento administrativo para que seja legitimado o ingresso do pedido na seara judicial; 2. Devem ser observadas algumas ressalvas quanto à aplicação do aludido entendimento para as ações em curso nesse período de transição do posicionamento jurisprudencial, sendo certo que caso não tenha sido apresentada contestação de mérito, admite-se o indeferimento da inicial somente após a necessária determinação de emenda à exordial pela parte autora, a fim de que comprove o requerimento administrativo para o recebimento de indenização do seguro DPVAT; (...)”. Nas razões do apelo extremo, sustenta preliminar de repercussão geral e, no mérito, alega violação ao artigo 5º, XXXIV, a, XXXV, LIV e LV, da Constituição Federal. O Tribunal a quo admitiu o recurso extraordinário. É o relatório. DECIDO. Não merece prosperar o recurso. O estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejar a necessidade de manifestação judiciária do Estado **só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas**, consoante firmado pelo Plenário da Corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso, Sessão do dia 3/9/2014, conforme se pode destacar do seguinte trecho da manifestação do referido julgado: “A instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição. Para se caracterizar a presença de interesse em agir, é preciso haver necessidade de ir a juízo.” Ex positis, DESPROVEJO o recurso, com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF. Publique-se. Brasília, 16 de fevereiro de 2016. Ministro LUIZ FUX Relator Documento assinado digitalmente.”

Ocorre que a autarquia que administrava, o DPVAT, vinha desvirtuando o objetivo do seguro, tanto é verdade que o Tribunal de Contas da União, junto com a Controladoria Geral da União e Ministério Público Federal, detectaram um rombo bilionário do caixa da Seguradora Líder, como é de conhecimento da população brasileira.

As vítimas de acidente de trânsito tem conhecimento de que na via administrativa é comum a Requerida, procrastinar o pagamento das indenizações e quando o faz, paga a menor, o fazendo sem qualquer critério médico, onde ainda pendencia os processos sem o menor critério.

Na verdade não se faz o menor mister o argumento da promovida, caso desejasse indenizar o autor, nada impediria que oferecesse proposta de acordo, objetivando por fim a demanda, não sendo necessário a instrução processual. Ao contrário do alegado pela promovida, observa-se, ainda, que prolatada a sentença, o recurso é inevitável, embargos e outras manobras.

Ressalte que a fraude patrocinada pela requerida, passa de três bilhões de reais, sendo que, de forma inusitada a entregou a pasta do DPVAT em nível nacional, onde a Caixa Econômica Federal, passou a ser a gestora do seguro obrigatório. Destarte, restou plenamente comprovado o rombo aos cofres públicos.

Ora, Douto Juízo, as provas retrocitadas não deixam dúvidas que o DPVAT, fora requerido administrativamente, sendo que, é proveitoso para a Seguradora Líder, pendenciar processos em detrimento do art. 5º da Lei nº 6.194/74, em que determina o pagamento da indenização mediante a “SIMPLES”, prova do acidente e do “DANO” por ele provocado.



Inexiste dúvidas quanto ao requerimento administrativo do DPVAT, onde foi obedecido o entendimento do Supremo Tribunal Federal, em matéria de repercussão geral julgada em plenário Nº RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso, Sessão do dia 3/9/2014, onde requereu sim o DPVAT, via administrativa, cabendo a requerida comprovar em contrário.

**-DA IMPUGNAÇÃO AO BOLETIM DE Ocorrência COLACIONADO AOS AUTOS DA UNILATERALIDADE E DA AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL.**

O boletim de ocorrência poderá perfeitamente ser substituído por outras provas contemporâneas, idôneas como: primeiro atendimento hospitalar, SAMU, Corpo de Bombeiros, dentre outros meios idôneos. A “exigência”, criada pela promovida não faz o menor sentido, mesmo porque, a autoridade policial, geralmente, não comparece ao local do acidente, não diligencia junto as unidades de atendimento, sendo que, o documento reportado pela requerida, não passa de um ato unilateral, firmado pela vítima, mesmo assim, a empresa ré, atribui um valor probante de forma absoluta.

Quanto a dispensabilidade do boletim de ocorrência, assim tem decidido o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte:

***“EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. ARGUIÇÃO DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. PRETENSÃO DE SUBSTITUIÇÃO DO POLO PASSIVO DA DEMANDA. LEGITIMIDADE SOLIDÁRIA DE TODAS AS EMPRESAS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO DPVAT. ALEGAÇÃO DE Ocorrência DE PRESCRIÇÃO. PRAZO TRIENAL. TERMO A QUO COM A CIÊNCIA DO SEGURADO SOBRE SEU ESTADO DE INVALIDEZ. PRESCRIÇÃO AFASTADA. INEXISTÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE ALEGADA POR AUSÊNCIA DE DOCUMENTO ESSENCIAL À PROPOSITURA DA AÇÃO. INOCORRÊNCIA. BOLETIM DE Ocorrência E LAUDO DO IML PRESCINDÍVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO. DOCUMENTOS MÉDICOS QUE DESCREVEM A LESÃO DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO E LAUDO PERICIAL QUE ATESTA A INVALIDEZ. NEXO DE CAUSALIDADE PROVADO. DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. APELO CONHECIDO E IMPROVIDO (AC 2016.021698-7, da 2ª Câmara Cível do TJRN, Rel. Juiz Luiz Alberto Dantas Filho (convocado), j. 06.11.2018). Grifo nossa autoria.***

E mais:

***“EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. PAGAMENTO PARCIAL. INDENIZAÇÃO POR MORTE. NEXO DE CAUSALIDADE. AUSÊNCIA DE BOLETIM DE Ocorrência E LAUDO DA NECRÓPSIA. SINISTRO INDENIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA. NEXO CAUSAL DEMONSTRADO POR OUTROS DOCUMENTOS. CERTIDÃO DE ÓBITO APONTANDO A CAUSA MORTIS E O ACIDENTE DE TRÂNSITO. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. DESPROVIMENTO DO RECURSO. HONORÁRIOS RECURSAIS” (AC***





2017.020661-1 – 2ª Câmara Cível do TJRN – Rel. Des. Ibanez Monteiro – Julgado em 20/03/2018). “

Ora, Douto Juízo, o prazo que a Seguradora Líder, terá para liquidar o processo será de **30 (trinta) dias**, se não vejamos:

Art. 5º da Lei nº 6.194/74:

**“§ 1º - A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos:”**

**“Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.**

**§ 1º - A indenização referida neste artigo será paga no prazo de 5 (cinco) dias a contar da apresentação dos seguintes documentos:**

**a) Certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiário - no caso de morte;”**

Esclarece que os documentos elencados no dispositivo legal, encontram-se inseridos nos autos, sendo que, inexistindo do ponto de vista jurídico pendências a serem dirimidas e apresentadas pelos requerentes.

Dispõe o art. 369, CPC:

***“As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.”***

O cerne da presente questão em comento está em aferir se a parte autora possui o direito a indenização securitária, em razão do acidente automobilístico sofrido e, caso possua, qual o real valor do pagamento de complementação da indenização securitária DPVAT devida.

Nesse desiderato, urge observar que, diante do entendimento atual e consolidado do Superior Tribunal de Justiça deve ser aplicada a proporcionalidade, ainda que o sinistro tenha ocorrido em data anterior a 15.12.2008 – data da edição da Medida Provisória nº 451/2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.945/2009.

Nesse sentido, vejamos o teor da Súmula nº 474 do Superior Tribunal de Justiça, **verbis**:

**Súmula 474: A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.**

**-DA GARANTIA CONSTITUCIONAL IMPOSTA AO JURISDICIONADO.**



O exaurimento na via administrativa, é vedado pela Carta Magna de 1988, em seu art. 5º, XXXV, In verbis:

*“A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.”*

Aduz, a parte requerente, o conhecimento que não poderia demandar judicialmente sem que tivesse visitado e ingressado com o requerimento via administrativa com DPVAT. Todavia, como não teria como atender as exigências esdrúxulas indevidas da requerida demandou judicialmente.

#### **- DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS.**

A norma legal determina o seguinte:

*“Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.*

*(...)*

*§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:*

*I - o grau de zelo do profissional;*

*II - o lugar de prestação do serviço;*

*III - a natureza e a importância da causa;*

*IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.”*

Ao Advogado, segundo a nova redação do dispositivo legal retrocitado, será devido em fase de apreciação da demanda assim evidenciado:

**I - GRAU DE ZELO:** Com destaque à necessidade de buscas e pesquisas a inúmeros documentos e informações peculiares e únicas ao caso. Evidenciar que não se tratam de causas repetitivas.

**II - LUGAR DO SERVIÇO:** Destacar se a causa envolveu deslocamentos ou pesquisas em locais distantes ou de difícil acesso.

**III - NATUREZA E IMPORTÂNCIA:** Destacar a importância da causa ao cliente e sua gravidade.

**IV - COMPLEXIDADE E TEMPO:** Destacar o tempo decorrido até o deslinde da causa, bem como indicar audiências e perícias envolvidas.

Esclarece, ainda, a parte promovente que existe de prontidão uma estrutura permanente à disposição do Poder Judiciário, do autor, para rebater as manobras da parte promovida.

#### **- DO EXAURIMENTO NA VIA ADMINISTRATIVA.**

O Supremo Tribunal Federal, dissipou todas as dúvidas quanto a não obrigatoriedade do beneficiário para exaurir na via administrativa, se não vejamos:

Publicado por [Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul](#)

Processo- AC 70079777371 RS

Órgão Julgador- Sexta Câmara Cível

Publicação- Diário da Justiça do dia 18/12/2018

5



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 01/03/2021 15:24:23  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21030115242294200000063124456>  
Número do documento: 21030115242294200000063124456

Num. 65938463 - Pág. 5



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 73

Julgamento-13 de Dezembro de 2018  
Relator- Dr Newton Carpes da Silva

Ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. SEGURO DPVAT. DESNECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. RECURSO ADESIVO. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESCABIMENTO. Trata-se, como visto no sumário relatório, de ação de cobrança, relativa à indenização do seguro obrigatório previsto na Lei nº 6.194/74 (DPVAT), convertida na Lei nº 11.945/2009, julgada parcialmente procedente na origem. A ausência de envio de solicitação extrajudicial não justifica a extinção da demanda, haja vista a desnecessidade do esgotamento da via administrativa, de acordo com a exegese do artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal. Ademais, o requerimento administrativo encaminhado à seguradora ré é considerado válido para comprovar a pretensão resistida no âmbito administrativo. A verba honorária deve ser fixada levando em conta os pressupostos elencados no artigo 85, § 2º do CPC/15, ou seja, o grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e importância da causa. Manutenção do quantum fixado a título de honorários advocatícios, pois atingido os pressupostos básicos referidos alhures. APELAÇÃO E RECURSO ADESIVO DESPROVIDOS. (Apelação Cível Nº 7007977371, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Newton Carpes da Silva, Julgado em 13/12/2018).

**- DO REQUERIMENTO:**

Diante do exposto, com fundamento no dispositivo legal retrocitado, requer-se a Vossa Excelência, seja dado prosseguimento ao feito em tela, nos termos do art. 31, II da Lei 11.945/2009, determinando a realização da **prova pericial**, sendo desta forma feita **Justiça**.

Nestes Termos.  
Pede e Espera Deferimento.

Caicó-RN, 01 de março de 2021.

Kelly Maria Medeiros do Nascimento  
OAB/RN - 7469



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
3ª Vara da Comarca de Caicó  
**Secretaria Unificada**  
Av. Dom José Adelino Dantas, S/N, Maynard, Caicó - RN - CEP: 59300-000 - unificadacaico@tjrn.jus.br

Processo nº 0804089-29.2020.8.20.5101 - PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JESSE BARBOSA DA COSTA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

**CERTIDÃO**

Certifico que a parte requerida apresentou contestação ID 65486467, dentro do prazo legal.

Certifico, ainda, que a parte autora apresentou réplica à contestação ID 65938463, dentro do prazo legal.

Em razão do certificado acima, seguem os autos conclusos.

**HUGLEY DOUGLAS DIAS**

Chefe de Secretaria



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 30/03/2021 11:40:50  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21033011405072600000064181961>  
Número do documento: 21033011405072600000064181961

Num. 67094206 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 75

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
3ª Vara da Comarca de Caicó  
Av. Dom José Adelino Dantas, S/N, Maynard, Caicó - RN - CEP: 59300-000

Processo nº 0804089-29.2020.8.20.5101 - PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JESSE BARBOSA DA COSTA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

**DECISÃO**

Trata-se de Ação de Cobrança c/c Reparação de Danos Materiais promovida por Jessé Barbosa da Costa em face da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

A demandada foi citada para responder a inicial no prazo legal, apresentando contestação, oportunidade em que levantou questões preliminares.

Intimada para se manifestar sobre a contestação, a parte autora apresentou réplica.

Em seguida vieram os autos conclusos.

**É o que importa relatar.**

Inicialmente, quanto à alegação de ausência de laudo do IML (Instituto Médico Legal) quantificando a lesão, já decidiu o TJRN pela desnecessidade para a propositura da ação, haja vista a possibilidade de produção de outras provas para demonstração da incapacidade no curso do processo.

Em relação ao pedido de realização de perícia, entendo ser o caso dos autos, especialmente para determinar o percentual de incapacidade (ou não) da parte requerente, devendo, quem o requereu, arcar com o ônus financeiro para produção da prova, nos moldes do art. 95 do Código de Processo Civil.

Assim, defiro o pedido de produção de prova pericial.

Com o escopo de agilizar e tornar mais didático o cumprimento, determino o seguinte:

- Intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, indicarem assistente técnico e/ou quesitos, *caso ainda não tenham feito*. Nos moldes do Convênio de Cooperação Institucional nº 39/2018, cujo extrato foi publicado no DJe 2678, no dia 03/01/2019, entre o TJRN e a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, arbitro os honorários periciais em R\$ 200,00 a serem suportados pela parte requerida. Noutro vértice, com fulcro no art. 6º da Resolução nº 05/2018-TJ, nomeio como *expert* o médico *Handerson Sérgio de Araújo*, CRM 6293.

- Em seguida, providencie a secretaria o registro da solicitação da perícia via NUPEJ, na especialidade em ortopedia, devendo anotar que se trata de "Justiça Paga" no citado sistema, com especial fim de definir o grau de invalidez decorrente do acidente automobilístico.



Assinado eletronicamente por: LUIZ CANDIDO DE ANDRADE VILLACA - 28/07/2021 18:46:24  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21072818462432200000068146990>  
Número do documento: 21072818462432200000068146990

Num. 71390267 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 76



- Apraze-se data e hora para realização da perícia, em comum acordo com o *expert* nomeado, devendo as partes serem intimadas por seus advogados para comparecimento. O prazo para conclusão dos trabalhos pelo perito é de 15 dias após realização da perícia.

- Realizada a perícia, conforme consta no item 2.2 do convênio citado alhures, intime-se a parte requerida para, no prazo de 15 dias, efetuar o pagamento via depósito judicial vinculado a estes autos, *caso ainda não tenha realizado*.

- Depositado o laudo, expeça-se alvará para liberação dos valores em favor do perito nomeado ou ofício determinando a transferência para conta indicada por este, se for o caso.

- A seguir, intem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se acerca do laudo apresentado.

- Apresentadas manifestações ou decorrido o prazo *in albis*, não havendo impugnações ao laudo pericial, façam os autos conclusos para sentença.

Cumpra-se.

Caicó/RN, data da assinatura eletrônica.

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº. 11.419/06)

Luiz Cândido de Andrade Villaça

Juiz de Direito



Assinado eletronicamente por: LUIZ CANDIDO DE ANDRADE VILLACA - 28/07/2021 18:46:24  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21072818462432200000068146990>  
Número do documento: 21072818462432200000068146990

Num. 71390267 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 77

Petição anexa.



Assinado eletronicamente por: ODETE CLARA COSTA PIMENTA NETA - 18/08/2021 17:51:32  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21081817513207800000068915812>  
Número do documento: 21081817513207800000068915812

Num. 72226339 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 78



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAICO/RN**

Processo n.º 08040892920208205101

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JESSE BARBOSA DA COSTA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho proferido por este Juízo, apresentar os seus quesitos.

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a graduação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

**Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.**

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Assinado eletronicamente por: ODETE CLARA COSTA PIMENTA NETA - 18/08/2021 17:51:32  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21081817513221700000068915814>  
Número do documento: 21081817513221700000068915814

Num. 72226341 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 79

CAICO, 18 de agosto de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RN 980-A**

**LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA**  
**11929 - OAB/RN**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Assinado eletronicamente por: ODETE CLARA COSTA PIMENTA NETA - 18/08/2021 17:51:32  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21081817513221700000068915814>  
Número do documento: 21081817513221700000068915814

Num. 72226341 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 80

Petição e comprovante anexos.



Assinado eletronicamente por: ODETE CLARA COSTA PIMENTA NETA - 05/09/2021 17:32:24  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21090517322370100000069580895>  
Número do documento: 21090517322370100000069580895

Num. 72947382 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 81





**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAICO/RN**

Processo n.º 08040892920208205101

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JESSE BARBOSA DA COSTA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,  
Pede Juntada.

CAICO, 2 de setembro de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
OAB/RN 980-A

**LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA**  
11929 - OAB/RN

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Assinado eletronicamente por: ODETE CLARA COSTA PIMENTA NETA - 05/09/2021 17:32:24  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21090517322416300000069580896>  
Número do documento: 21090517322416300000069580896


Num. 72947383 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 82



 Banco do Brasil

Nº DA CONTA JUDICIAL  
1200134366304

Nº DA PARCELA  
0

DATA DO DEPÓSITO  
01/09/2021

AGÊNCIA (PREF / DV)  
128

TIPO DE JUSTIÇA  
ESTADUAL

DATA DA GUIA  
31/08/2021

Nº DA GUIA  
2784625

Nº DO PROCESSO  
0804089-29.2020.820.5101

TRIBUNAL  
TRIBUNAL DE JUSTICA

COMARCA  
CAICO

ORGÃO/VARA  
03-VARA

DEPOSITANTE  
RÉU

VALOR DO DEPÓSITO (R\$)  
200,00

NOME DO RÉU/IMPETRADO  
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

TIPO DE PESSOA  
Jurídica

CPF / CNPJ  
09248608000104

NOME DO AUTOR / IMPETRANTE  
JESSE BARBOSA DA COSTA

TIPO DE PESSOA  
Física

CPF / CNPJ  
09279916408

AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA  
FFB6BEC79E343651

CÓDIGO DE BARRAS



Assinado eletronicamente por: ODETE CLARA COSTA PIMENTA NETA - 05/09/2021 17:32:24  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21090517322434700000069580897>  
Número do documento: 21090517322434700000069580897

Num. 72947384 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 83

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
3ª Vara da Comarca de Caicó  
**Secretaria Unificada**  
Av. Dom José Adelino Dantas, S/N, Maynard, Caicó - RN - CEP: 59300-000 - unificadacaico@tjrn.jus.br

Processo nº 0804089-29.2020.8.20.5101 - PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JESSE BARBOSA DA COSTA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

**CERTIDÃO**

Certifico que a perícia determinada pelo MM. Juiz foi cadastrada no NUPEJ, sob o ID nº 8206/2021, conforme comprovante anexo.

**ELIZABETH SILVA DE ARAUJO MEDEIROS**

Chefe de Secretaria



Assinado eletronicamente por: ELIZABETH SILVA DE ARAUJO - 29/09/2021 07:11:34  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21092907113404300000070446214>  
Número do documento: 21092907113404300000070446214

Num. 73882395 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 84

<b>Id da Perícia</b>	<b>Data do Cadastr o</b>	<b>Login de Cadastr o</b>	<b>Número do Process o</b>	<b>Urgente</b>	<b>Status</b>	<b>Setor Atual</b>	<b>Total</b>	<b>Tempo</b>
8206/2021	29/09/2021 07:08	f197383	0804089 - 29.2020. 8.20.510 1	false	Aguarda ndo Sorteio	NÚCLEO DE PERÍCIAS / DIREÇÃO DO FORO DA COMARCA DE NATAL / COMARCA DE NATAL	200.00	



Assinado eletronicamente por: ELIZABETH SILVA DE ARAUJO - 29/09/2021 07:11:34  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21092907113429000000070446215>  
 Número do documento: 21092907113429000000070446215

Num. 73882396 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
 Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 85



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

3ª Vara da Comarca de Caicó

**Secretaria Unificada**

Avenida Dom José Adelino Dantas, S/N, Maynard, CAICÓ - RN - CEP: 59300-000

Contato: (84) 3673-9601 | WhatsApp - Email: unificadacaico@tjrn.jus.br

Processo nº 0804089-29.2020.8.20.5101 - PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JESSE BARBOSA DA COSTA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

**MANDADO DE INTIMAÇÃO**

O(A) Juiz(a) LUIZ CANDIDO DE ANDRADE VILLACA da 3ª Vara da Comarca de Caicó, na forma da lei, MANDA ao Oficial de Justiça a quem este for distribuído que, em seu cumprimento, proceda à INTIMAÇÃO da(s) pessoa(s) abaixo relacionada(s) como destinatário(s), para que **compareça(m)** ao **Fórum Municipal Amaro Cavalcanti**, localizado no endereço do cabeçalho, para realização de perícia médica no **dia 10 de junho de 2022 a partir das 09:00 Horas**, obedecida a ordem de chegada, excetuando-se as prioridades legais.

**ADVERTÊNCIA 1:** Fica o(a) autor(a) alertado que será realizada perícia médica, com médico ortopedista, para se fazer(em) presente(s) ao local indicado, na data agendada e 15 minutos antes do horário estabelecido, portando documentos pessoais oficial com foto e médicos (laudos, exames, consultas etc), **devendo observar que o distanciamento social e o uso de máscara facial são obrigatórios no acesso à clínica, assim como que somente será permitida a entrada com acompanhante nos casos em que ele seja indispensável.**

**ADVERTÊNCIA 2:** Fica advertido(a) que, mediante o não comparecimento injustificado, apesar de devidamente intimado(a), poderá implicar o reconhecimento da preclusão do direito de produção de prova pericial, sendo os autos conclusos para julgamento e devolvidos os honorários periciais.

**DESTINATÁRIO(A)(S):**

**JESSE BARBOSA DA COSTA**

**RUA QUINTINO BOCAIUVA, 10, 84-99606-7500, PARAÍBA, CAICÓ - RN - CEP: 59300-000**

CUMpra-SE na forma e sob as penas da lei.

**HUGLEY DOUGLAS DIAS**

Chefe de Secretaria



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 18/05/2022 15:52:14  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22051815521473500000078409907>  
Número do documento: 22051815521473500000078409907

Num. 82502243 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>  
Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 86





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

3ª Vara da Comarca de Caicó

**Secretaria Unificada**

Avenida Dom José Adelino Dantas, S/N, Maynard, CAICÓ - RN - CEP: 59300-000

Contato: (84) 3673-9601 | WhatsApp - Email: unificadacaico@tjrn.jus.br

Processo nº 0804089-29.2020.8.20.5101 - PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JESSE BARBOSA DA COSTA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

### **ATO ORDINATÓRIO**

Considerando o que consta no Código de Normas da Corregedoria de Justiça do RN (Provimento nº 154/2016 - CJ/TJRN), **intimo** as partes para tomarem ciência do agendamento da Perícia Técnica e para comparecer no dia **10 de junho de 2022, a partir das 09:00 horas**, por ordem de chegada, excetuando-se as prioridades legais, na **sala de apoio no Fórum Municipal Amaro Cavalcanti situado à Av. Dom José Adelino Dantas, s/n, Maynard, Caicó/RN**, pelo médico perito nomeado.

**ADVERTÊNCIA:** Fica o(a) autor(a) alertado que será realizada perícia médica, com médico ortopedista, para se fazer(em) presente(s) ao local indicado, na data agendada e 15 minutos antes do horário estabelecido, portando documento pessoal oficial com foto e médicos (laudos, exames, consultas etc), **e devendo observar que o distanciamento social e o uso de máscara facial são obrigatórios no acesso ao local**, assim como que **somente será permitida a entrada com acompanhante nos casos em que ele seja indispensável**. Fica ainda advertido(a) que, mediante o não comparecimento injustificado, apesar de devidamente intimado(a), será reconhecida a preclusão do direito de produção de prova pericial, sendo os autos conclusos para julgamento e devolvidos os honorários periciais. Ficam as partes desde já intimadas acerca da data, horário e local da perícia, bem como para querendo indicarem assistentes técnicos, se ainda não o fizeram, e apresentarem os quesitos no prazo de 05 (cinco) dias.

**HUGLEY DOUGLAS DIAS**

Chefe de Secretaria



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 18/05/2022 15:53:17

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22051815531693700000078409909>

Número do documento: 22051815531693700000078409909

Num. 82502245 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: HUGLEY DOUGLAS DIAS - 16/08/2022 16:05:13

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081616051272500000082584366>

Número do documento: 22081616051272500000082584366

Num. 87033899 - Pág. 87